



**CONJUNTURA**  
INTERNACIONAL



**PUC Minas**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

*Grão-Chanceler:* Dom Walmor Oliveira de Azevedo

*Reitor:* Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

*Vice-Reitora:* Patrícia Bernardes

*Assessor Especial da Reitoria:* José Tarcísio Amorim

*Chefe de Gabinete do Reitor:* Paulo Roberto de Sousa

*Pró-reitores:* Extensão - Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



**CONJUNTURA**  
INTERNACIONAL

ISSN 1809-6182

## **Conjuntura Internacional**

Publicação do Departamento de Relações Internacionais  
vinculada ao Curso de Graduação e ao Programa  
de Pós-Graduação



**PUC Minas**

Belo Horizonte  
v. 12 n. 3  
p. 150 - 208  
2º sem. 2015

# Conjuntura Internacional

## Conselho Executivo

Prof. Leonardo César Souza Ramos  
Prof. Javier Alberto Vadell  
Profa. Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte  
Vinícius Tavares de Oliveira  
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes

## Conselho Editorial

Monica Salomon (UFSC)  
Paulo Esteves (PUC-Rio)  
Marta Garcia Moreno (PUC-Rio)  
Shiguenoli Myamoto (UNICAMP)  
Marco Cepik (UFRGS)  
Geraldo Zahran Filho (PUC-SP)  
Flávio Sombra Saraiva (UnB)  
Antônio Carlos Lessa (UnB)  
Paulo José dos Reis Pereira (PUC-SP)  
André Luiz Reis da Silva (UFRGS)  
Miriam Saraiva (UERJ)  
Alexandre César Cunha Leite (UEPB)  
Marcelo Oliveira (UNESP)  
Leticia Pinheiro (PUC-Rio)  
Carlos Arturi (UFRGS)  
Clarisa Giacaglia (Universidad Nacional de Rosario - UNR)

## Apoio

Departamento de Relações Internacionais  
Chefe do Departamento: Professor Jorge Lasmar

## Assistentes de Editoração

Guilherme Di Lorenzo Pires  
Bárbara Lopes Campos

# SUMÁRIO

## ARTIGOS

A influência da direita cristã na formulação de políticas públicas no governo Bush (2001-2008) ..... 155

*The influence of Christian right in the formulation of public policies in Bush's government (2001-2008)*

Wagner Martins dos Santos

As elites nacionais no processo de transição política: um esboço de uma investigação bourdieuniana na comparação entre as elites nacionais nas transições à redemocratização na Argentina e no Brasil ..... 162

*National elites within the process of political transition: a rough draft based on bourdieu's work on the comparison of national elites in the argentinian and brazilian transitions to democracy*

Gabriel Fernandino

O Apartheid na política internacional entre 1948 e 1994 ..... 178

*Apartheid in the international politics between 1948 and 1994*

Tamires Santos Lacerda  
Rita Flávia Gomes Carvalho  
Rodrigo Corrêa Teixeira

Terrorismo: a contemporaneidade da trindade clausewitziana ..... 185

*Terrorism: the contemporaneity of clausewitzian trinity*

André Mendes Pereira de Paula

El poder: una reseña desde las distintas tradiciones hasta la dimensión interméstica de los países periféricos ..... 197

*The power: a review from the different school of thought to the intermesticity dimension of the periphery countries*

María Antonella Cabral

## RESENHAS

The global transformation: history, modernity and the making of international relations. .... 205

Fabiana Freitas Sander



## A influência da direita cristã na formulação de políticas públicas no governo Bush (2001-2008)

*The influence of Christian right in the formulation of public policies in Bush's government (2001-2008)*

Wagner Martins dos Santos<sup>1</sup>

### **Resumo**

*O objetivo deste artigo é analisar a influência da direita cristã norte-americana na formulação de políticas públicas durante os dois mandatos do ex-presidente Bush (2001-2008). Ao final, concluímos que, embora o secularismo seja uma bandeira cada vez mais defendida, na prática, religião e Estado se entrecruzam constantemente, reproduzindo essa relação nas ações estadunidenses e políticas públicas aplicadas em âmbito doméstico.*

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Governo Bush; Direita cristã.

### **Abstract**

*The aim of this paper is to analyze the influence of the US Christian right in the formulation of public policies during the two terms of the former President Bush (2001-2008). At the end, we conclude that while secularism is an increasingly advocated flag, in practice, religion and state are constantly together, reproducing the ratio in US public actions and policies in the domestic arena.*

**Key-words:** Public policies; Bush's government; Christian right.

---

1. Mestrando pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. Possui graduação em Relações Internacionais pela Faculdade Estácio do Recife e MBA em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC. Atua, sobretudo, nas seguintes áreas: teorias pós-modernas de Relações Internacionais, soberania, terrorismo e o pensamento filosófico de Jacques Derrida. Contato: wagnermds18@gmail.com.

## Introdução

A relação entre a religião e a política americana não é um fenômeno novo. Desde o período colonial, os Estados Unidos entendiam possuir um “chamado divino” que se materializaria na expansão dos ideais libertários da nova nação às demais. A América se julgava possuidora de uma proteção divina, cujo objetivo seria o de levar os princípios políticos da nação a todos quantos fossem alcançados por ela (CAMPBELL, 1998; KIERNAN, 2009). No entanto, apesar de a história americana ser dotada de elementos religiosos, foi no governo de George W. Bush (2001-2008) que essa relação se aprofundou, a ponto de o governo justificar a criação de políticas domésticas mediante um viés religioso.

Mesmo antes de chegar à presidência, o ex-presidente já relatava sobre um possível chamado divino para concorrer à Presidência da República e as orações da Casa Branca solicitando ajuda de Deus para resolver problemas políticos. Em 2003, já presidente, afirmava sentir entre ele: “[...] a presença do Todo Poderoso”<sup>2</sup> (BUSH, 2003, s/p, tradução nossa). Seus discursos relatavam a posse de princípios cristãos que permearam seus dois mandatos e se fizeram sentir na política interna e externa do seu governo, impondo conceitos e ações que, sem muito esforço, ainda são reverberadas através de guerras e o constante alerta sobre terrorismo, ataques preventivos e segurança internacional. Já no âmbito interno, as políticas públicas justificadas por elementos religiosos foram cruciais para a percepção e criação de políticas de combate a *AIDS*, além da destinação dos fundos federais para as ‘iniciativas baseadas na fé’<sup>3</sup>. (SILVA, 2008).

Mais do que uma prática individual e espiritual, a religião ganhou espaço no cenário político,

e se tornou um elemento importante das relações políticas e sociais, claramente sentidas durante os mandatos de Bush à frente da Casa Branca (SOARES, 2012; FOX, 2001; RESENDE, 2009).

Levando em conta essa relação, este artigo se propõe a analisar a relação entre os princípios religiosos, sobretudo, aqueles defendidos pela direita cristã norte-americana, na formulação de políticas públicas durante o governo Bush (2001-2008). Para tanto, dividimos o artigo em duas partes: (1) analisamos brevemente a ascensão de Bush à presidência e a importância do discurso religioso que o permitiu ser eleito; (2) discorremos a respeito do que vem a ser a direita cristã norte-americana e sua ideologia religiosa; e (3) verificamos como se deu a implantação das ‘iniciativas baseadas na fé’, responsáveis por orientar uma série de políticas públicas em seu governo. Por fim, balizamos a respeito desse processo e as implicações para os Estados Unidos no que concerne em sua relação.

## A ascensão ao poder e o discurso neoconservador

O fim da polarização ocasionada pela Guerra Fria acarretou dificuldades para os EUA, porém não foram capazes de impedir que o país mantivesse sua posição de superpotência no mundo. O governo Bill Clinton ajustou a América às novas realidades e solidificou a sua posição de liderança em um mundo multipolar. As eleições de 2000, no entanto, reverteram o cenário até então favorável ao candidato defendido por Clinton. Al Gore não conseguiu deslanchar sua candidatura, cedendo a uma renovação dos republicanos em uma eleição considerada por Pecequillo (2005) como tumultuada e polêmica.<sup>4</sup>

2. Texto original em inglês: [...] the presence of the Almighty.

3. Faith-based initiatives, do original. Serão abordadas mais adiante. Caracterizam-se por uma série de medidas do governo para o fomento de políticas públicas cuja base para criação seja amparada em princípios religiosos.

4. Pecequillo (2005) explica que um dos motivos para a eleição ter sido tumultuada foi pelo fato de o ex-presidente Clinton ter se envolvido num escândalo sexual com sua então secretária Monica Lewinski, o que ocasionou o seu impeachment.

Polarizado, o pleito de 2000 revelou as contradições da maior democracia do mundo, as fragilidades de seu sistema político e um reajuste de forças de grupos internos, opondo moderados de ambos os partidos e os neoconservadores republicanos. Como resultado dessas tensões, presenciou-se a vitória neoconservadora, levando à implantação de uma série de reformas internas e externas, cujas consequências geram impactos diretos sobre a América e o mundo (PECEQUILO, 2005, p. 359).

A vitória de George W. Bush<sup>5</sup> sobre o então candidato democrata Al Gore foi marcada por uma retomada de um discurso neoconservador<sup>6</sup> amparada em corte de impostos, redução do aparato estatal e aumento dos gastos com defesa. Até então minoritários dentro do partido republicano e reduzidos a cuidar de questões energéticas e militares, a vitória de Bush trouxe novamente para o centro da política norte-americana os políticos republicanos mais radicais em relação aos princípios neoconservadores<sup>7</sup>. A campanha bem-sucedida do partido republicano foi alcançada por uma boa elaboração de agenda e propostas políticas para os Estados Unidos. Por outro lado, o erro estratégico da campanha de Al Gore, ao subestimar e considerar como certa a vitória democrata, e os escândalos causados pelo seu antecessor, levaram a uma postura arrogante e duvidosa que foi crucial para uma vitória republicana (DAALDER; LINDSAY, 2003; PECEQUILO, 2005).

5. Bush, embora filho de ex-presidente e governador do Texas, era considerado por muitos como inexperiente para a Casa Branca, além de ter tido problemas com uso excessivo do álcool, o que é sempre levado em conta nos valores americanos. Por isso, Bush parecia não ter chance contra Al Gore.

6. É importante destacar que o termo neoconservador era evitado por esse grupo político, pois a conotação é geralmente associada a algo radical, o que pode afastar o próprio eleitorado (PECEQUILO, 2005).

7. Para os neoconservadores, o fim da Guerra Fria representava uma oportunidade de crescimento e expansão, e não de introspecção. O desaparecimento do inimigo soviético e a ausência de potências que pudessem fazer frente aos EUA representavam uma oportunidade inédita de consolidação de sua hegemonia. Essa unipolaridade americana deveria ser aproveitada para alcançar novos espaços.

A eficiência republicana se mostrou na agenda interna e externa apresentada por Bush com temas que tocavam diretamente a sociedade americana. Ao levantar a bandeira do 'conservadorismo com compaixão', Bush visava recuperar a verdadeira moral da América, moral esta que havia sido negligenciada pelos democratas. Embora não promettesse grandes mudanças na política econômica e social, haja vista o sucesso alcançado no governo Clinton, Bush prometia uma nova iniciativa em relação aos imigrantes e minorias, revelando a importância da religião e do nacionalismo (PECEQUILO, 2005; SILVA, 2008).

Outros temas polêmicos como aborto, homossexualismo, ensino religioso (chocando com a laicidade estatal) eram evitados da campanha no intuito de não afastar o eleitorado e ao mesmo tempo se aproximar de uma posição centrista. Quando confrontado sobre o que significava o conservadorismo, Bush respondia que se afastava da direita cristã norte-americana considerada fundamentalista, mas ao mesmo tempo não compartilhava dos princípios liberais. Apesar de ambígua, essa posição era convincente. Bush entendia que era preciso retomar os valores familiares, impedir a promiscuidade, além de defender algumas políticas que marcaram o período Ronald Reagan à frente da presidência: direito ao porte de armas, corte de impostos, diminuição do Estado de bem-estar e a interferência do governo na vida dos cidadãos (PECEQUILO, 2005).

Em questões externas, Bush acusava os democratas de terem desmoralizado e enfraquecido a posição hegemônica dos EUA conquistada com o término da Guerra Fria com políticas fracas e tímidas, que não representavam a grandeza da América. A grande oportunidade da unipolaridade estava sendo desperdiçada. Em questões militares, as forças armadas estavam sendo sucateadas e desmontadas, ao passo que os inimigos america-

nos estavam se armando. Para Bush, nas palavras de Pecequilo (2005) a: *“América dormia”* (PECEQUILO, 2005, p. 364).

A Ausência de potências desafiadoras não tornava o mundo mais seguro para os norte-americanos. Muito pelo contrário, as relações internacionais mostravam-se mais perigosas devido à complacência dos Estados Unidos em abandonar suas tarefas de construção e expansão da ordem democrática e à emergência de riscos voláteis e dispersos representados pelos inimigos dessa ordem. Tais inimigos, uma vez que as potências uniram-se aos norte-americanos (a despeito das desconfianças diante de nações em transição como China e Rússia), são definidos como países pequenos hostis, não-democráticos, com ambições de expansão regional, que patrocinam o terrorismo e investem em tecnologias de destruição em massa (PECEQUILO, 2005, p. 365).

E foi com esse discurso da necessidade de um reposicionamento americano face aos desafios que não haviam sido tratados adequadamente pelos antecessores democratas que Bush levou as eleições. Empossado, e com maioria apertada no Legislativo, o então candidato iniciou seu mandato em janeiro de 2001.<sup>8</sup>

## A direita cristã norte-americana

O governo de George W. Bush, eleito inicialmente em 2000 e reeleito em 2004, teve como uma das suas principais características um discurso religioso claramente próximo ao da direita cristã norte-americana, seu braço político e eleitoral nos dois mandatos. Por direita cristã norte-americana, Silva (2008) resume como sendo:

[...] um conjunto de grupos religiosos de variedade e composição diversas, que pre-

gam, no entanto, alguns preceitos comuns e tendem a agir politicamente em bloco desde a década de 1980, vinculados prioritariamente ao Partido republicano. Ainda que tais preceitos sejam adotados especialmente por protestantes que, dependendo da sua doutrina específica se auto intitulam evangélicos, pentecostais ou carismáticos, alguns grupos católicos ortodoxos partilham de concepções próximas (SILVA, 2008, p. 195).

A direita cristã, assim como os demais grupos religiosos, está inserida em um grupo que possui preferências intensas no que concerne a assuntos que possam, de alguma forma, incorrer em temas que lhe são caros e possam tangenciar em seus princípios e valores religiosos. São grupos dispostos a investir ativamente em ações que estejam em consonância com suas crenças, extrapolando o nível da fé e incorrendo em políticas públicas estadunidenses. Pelo fato de as políticas públicas possuírem capacidade distributiva, interessa a diversos atores que possam vir a ser afetados por elas (MILNER, 1997; MARTIN, 2000; LIMA, 2000; FARIA, 2008). Mesmo em temas de interesse nacional, grupos de preferências intensas tendem a se manifestar e vocalizar suas preferências quanto a possíveis ações governamentais que os interessem (MILNER, 1997).

Nesses termos, a proximidade entre os discursos proferidos por Bush durante a campanha acarretou em um perfeito casamento entre os ideais neoconservadores e os valores defendidos pela direita cristã, essencialmente responsável pela sua eleição. Tanto a religião foi colocada por Bush a serviço de questões partidárias, quanto serviu para reforçar o sistema de crenças que permeiam a sociedade americana, servindo para fomentar o entrecruzamento entre as questões políticas e religiosas (NOVAES, 2007).

8. Não é nosso desejo nos alongarmos sobre o processo eleitoral do ex-presidente Bush. Para uma leitura aprofundada cito Pecequilo (2005) e Daalder e Lindsay (2003).

## As iniciativas baseadas na fé

Naturalmente que, como um grupo de preferências intensas, a direita cristã norte-americana, grande responsável pela ascensão de Bush ao poder, obteve espaço privilegiado no aparato estatal americano. Em um decreto oficializado em 29 de janeiro de 2001, Bush criou o Escritório das Iniciativas Comunitárias Baseadas na fé (*Office of Faith-Based and Community Initiatives*). O escritório era dividido em cinco grandes áreas: Saúde e serviços humanitários (SSH), Habitação e desenvolvimento urbano (HDU), Educação (ED), Trabalho (TRA) e Justiça (JUS).

O objetivo com essa criação seria o da eliminação de barreiras e a facilitação da alocação de recursos federais por organizações baseadas na fé. Nesses termos, o governo atuou em áreas que vão desde reformas legislativas até a ampliação do acesso à informação, chegando ao ponto de um treinamento técnico específico para facilitar a candidatura desses grupos aos programas sociais, fazendo com que aumentasse a capacidade competitiva das organizações de caráter religioso por fundos federais (SILVA, 2008). Com isso, os centros federais que buscavam apoiar o ingresso de organizações com viés ideológico religioso<sup>9</sup> exerciam papel fundamental, cujo objetivo principal era o de:

Conduzir auditorias departamentais que identifiquem todas as barreiras existentes para a participação das organizações baseadas na fé e outras organizações comunitárias no fornecimento de serviços sociais, incluso, mas não limitado às regulações, regras, ordens, licitações, políticas internas, práticas, e quaisquer outras atividades que aparentemente discrimine, desencoraje ou ofereça desvantagem à participação das organizações comunitárias

9. É importante ressaltar o fato de que a direita cristã não se refere apenas aos cristãos chamados evangélicos, mas também católicos, islâmicos, testemunhas de Jeová, mórmons e uma série de outros grupos que converjam em temas sensíveis à sociedade norte-americana (SILVA, 2008).

baseadas na fé em programas federais (SILVA, 2008, p. 215).

Dessa maneira, o governo procurou firmar sua posição em diversos temas, desde como lidar com o desenvolvimento científico no trato das células-tronco, passando pela construção de uma agenda de saúde pública sobre aborto e também pelas questões sobre educação sexual e AIDS, chegando ao conteúdo da educação escolar pública e da orientação sexual. Quanto às questões acerca do casamento, o governo Bush buscou apoiar emendas que pudessem banir o casamento entre pessoas do mesmo sexo (SILVA, 2008).

Sobre o aborto, o Silva (2008) destaca a posição firme do governo no sentido contrário à aprovação da prática abortiva. Para o governo, as mulheres que interrompem a gravidez estariam, inclusive, mais propensas a adquirir o câncer de mama. Apesar de não haver estudos que comprovem essa relação, o objetivo do governo era o de inibir o aborto, uma vez que tal prática não se coadunava com a ideologia religiosa estadunidense. Nesses termos, o então presidente definiu o que ele entendia por uma “cultura da vida”,<sup>10</sup> onde apresenta a posição contrária do governo a respeito da eutanásia, bem como da antecipação terapêutica do parto.<sup>11</sup>

Para se ter uma ideia percentual da participação dos grupos religiosos nos fundos federais, o quadro a seguir resume a distribuição para as cinco áreas já citadas durante o ano de 2003.

Já a tabela 2 resume a destinação de fundos federais para as iniciativas baseadas na fé durante o ano de 2005.

10. Is United States becoming hostile to Science? Washington Post, 28/10/2005.

11. Faz-se necessária uma referência quanto às nomeações do então presidente para os juizes da suprema corte. Tendo em vista ser a maior autoridade jurídica do país, era de grande importância que os magistrados tivessem uma orientação ideológica em consonância com a visão de Bush. Uma corte conservadora seria mais propensa a validar ações presidenciais que estivessem de acordo com a maioria.

Tabela 1 - Destinação de fundos para as Iniciativas Baseadas na fé em 2003

DEPART. FEDERAL	VALOR TOTAL (\$)	QTD P/ INICIATIVAS BASEADAS NA FÉ (\$)	% DO VALOR
SSH	10.874.318,385	567.875,824	5,2
HDU	2.197.738,326	532.073,257	24,2
ED	134.699,000	6.817,999	5,1
TRA	791.700,000	51.592,369	6,5
JUS	512.362,317	11.342,124	2,2

Fonte: Adaptado de Silva, 2008, p. 216.

Tabela 2 - Destinação de fundos para as Iniciativas Baseadas na fé em 2005

DEPART. FEDERAL	VALOR TOTAL (\$)	QTD P/ INICIATIVAS BASEADAS NA FÉ (\$)	% DO VALOR
SSH	10.512.377,721	780.491,043	7,4
HDU	2.170.576,000	520.961,223	24
ED	203.830,208	17.682,773	8,7
TRA	638.471,000	70.029,600	11
JUS	189.393,063	20.346,578	10,7

Fonte: Adaptado de Silva, 2008, p. 217.

A importância dada pelo governo Bush, durante seus dois mandatos, ao entrecruzamento de questões religiosas e políticas públicas revelada em números, nos mostra o fortalecimento desses grupos e como eles foram capazes de orientar uma série de ações em áreas estratégicas governamentais. Sobretudo, destaco a participação em Habitação e Desenvolvimento Humano (HDU), ocupando quase 1/4 de toda a verba estadunidense destinada a essa área. Tal análise, mais do que apenas mostrar uma relação dicotômica religião/Estado, torna-se um importante indicativo para se avaliar em que medida a religião importa e afeta a vida política norte-americana.

## Considerações finais

O governo Bush, uma vez tendo recebido um grande apoio de grupos religiosos conservadores, cuja ideologia inclinava para a direita cristã, buscou implantar uma gama de medidas que visasse ampa-

rar o eleitorado alinhado com sua visão ideológica. Durante seus dois mandatos, questões cruciais como o secularismo foram colocados em cheque por um conjunto de medidas que visasse a aproximação com a ideologia da direita cristã, a ponto de decisões governamentais relacionadas à saúde, tecnologia, educação e meio ambiente terem sido permeadas por argumentos religiosos (SILVA, 2008).

Naturalmente que o artigo não visa esgotar o tema, uma vez que os dois mandatos do presidente possuem uma gama de medidas adotadas, de forma geral ou pontual, no sentido de reforçar o pensamento de um grupo da sociedade que, em detrimento das demais, teve sua ideologia aplicada às políticas públicas oficiais de toda uma nação.

As ações da direita cristã norte-americana mostraram, também, a capacidade de mobilização e articulação da sociedade civil, especialmente a de cunho conservador, grupo de preferências intensas e sempre atento a possíveis demandas que sejam de seu interesse.

Apesar de a separação entre Igreja e Estado ser uma constante nos países ocidentais, a prática tem mostrado que ambas se cruzam constantemente. A questão a ser analisada é se é possível uma coexistência sadia entre Estado e religião, levando em consideração o fato de as ações estatais alcançarem quase a totalidade daqueles que estão em seu território, e considerar a grande diversidade religiosa contida em todo o espaço nacional. Essa imparcialidade, no entanto, não foi presenciada durante os dois mandatos do governo Bush, que se mostrou claramente inclinado por uma ideologia religiosa.

Ao se mostrar inclinado a um grupo em detrimento dos demais, entendemos que essa ação encontra guarida no conceito de Sartori (1994) a respeito das decisões coletivizadas. Para o autor, elas se diferenciam das decisões individuais, grupais e coletivas pelo fato de serem tomadas visando afetar as preferências de um grupo. Daí a importância de entendermos o papel exercido por grupos religiosos na condução das políticas públicas de um governo, e no caso em análise, nos Estados Unidos da América.

## REFERÊNCIAS

BUSH, George W. **President Bush addresses the 51st Annual Prayer Breakfast**. Washington D.C., 6 fev. 2003. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030206-1.html>>. Acesso em: 2 jan. 2016. [LINK]

CAMPBELL, David. **Writing Security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

DAALDER, Ivo H; LINDSAY, James M. **America unbound**: the Bush revolution in foreign policy. Washington: Brookings Institution Press, 2003.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.

FOX, Jonathan. **Religion as an Overlooked Element of International Relations**. International Studies Association. U.S.A., 2001.

KIERNAN, Victor Gordon. **Estados Unidos: O novo imperialismo**. Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro: ed Record, 2009.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, 2000.

MARTIN, Lisa. **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MILNER, Helen V. **Interests, Institutions and Information – Domestic Politics and International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

NOVAES, Adauto. “**O esquecimento da política?**”. São Paulo: Agir, 2007, p. 151.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a(re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas de política externa norte-americana**. Tese (Doutorado). 2009. Disponível em: <[http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/tese\\_17\\_ago.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/tese_17_ago.pdf)>. Acesso em 26 de jun. 2014.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: as questões clássicas**. São Paulo: Editora Ática. v. 2, 1994.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org.). **Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SOARES, Pedro Gustavo Cavalcanti. Um coeficiente religioso nas teorias das Relações Internacionais: Paradigmas, teóricos e soft power. **Caderno de Relações Internacionais**, v.3, n.5, 2012. Disponível em: <<http://www.faculadeda-mas.edu.br/revistas/index.php/relacoesinternacionais/article/view/140/115>>. Acesso em 25 de jun. 2014.

*Recebido em: 1º de junho de 2015*  
*Aprovado em: 5 de fevereiro de 2016*



# As elites nacionais no processo de transição política: um esboço de uma investigação bourdieuniana na comparação entre as elites nacionais nas transições à redemocratização na Argentina e no Brasil

*National elites within the process of political transition: a rough draft based on bourdieu's work on the comparison of national elites in the argentinian and brazilian transitions to democracy*

Gabriel Fernandino<sup>1</sup>

## **Resumo**

*O presente artigo pensa a relevância das elites nas trajetórias nacionais, buscando pesar algumas das considerações da literatura específica sobre a origem e manutenção desses grupos dominantes bem como sobre suas presenças em momentos de transição de regime político. Para tanto, (1) são resumidamente mobilizados alguns dos conceitos de Pierre Bourdieu acerca das elites nas relações sociais de poder; (2) são estabelecidos paralelos entre a perspectiva bourdieuniana e o conceito de capital social de Robert Putnam, bem como com a obra La ciudad letrada (1998) de Angel Rama; (3) finalmente, coloca-se algumas das nuances históricas e políticas das transições à redemocratização nos casos argentino e brasileiro, sugerindo ao cabo a plausibilidade de uma comparação acerca presença das elites nacionais em cada um dos dois casos.*

**Palavras-chave:** Bourdieu, Elites, Redemocratização.

## **Abstract**

*This article approaches the importance of elites in national trajectories, regarding some of the considerations of the literature on the origin and maintenance of these dominant groups as well as their presence in political transition. For this, (1) we briefly mobilize some of Pierre Bourdieu's concepts about the elites in social relations of power; (2) we also established parallels between Bourdieu's perspective and the concept of social capital of Robert Putnam as well as with the work of Angel Rama La ciudad letrada(1998); (3) finally we bring some of the historical and political nuances of the transitions to democracy in the Argentine and Brazilian cases, suggesting the plausibility of a comparison about the presence of national elites in thecases.*

**Keywords:** Bourdieu, Elites, Redemocratization.

1. Mestrando em Ciência Política pela UFMG. Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas

## INTRODUÇÃO

O presente artigo pensa a relevância das elites nas trajetórias nacionais, buscando pesar algumas das considerações da literatura específica sobre a origem e manutenção desses grupos dominantes bem como sobre suas presenças em momentos de transição de regime político. Para tanto, em um primeiro momento, são resumidamente mobilizados alguns dos conceitos de Pierre Bourdieu que condicionam e operacionalizam o modo como o autor concebe as elites nas relações sociais de poder.

Na sequência, em dois momentos distintos, a partir do diálogo com a perspectiva bourdieuniana, são pensadas certas características do conceito de capital social de Robert Putnam bem como da obra *La ciudad letrada* (1998) de Angel Rama. Na continuação, aborda-se de maneira pouco mais detida, contudo não exaustiva, a questão específica da presença das elites nos momentos de transição de regime político.

Havendo sido sugerido esse primeiro referencial teórico sobre o qual se operaria uma potencial análise, coloca-se algumas das nuances históricas e políticas das transições à redemocratização nos casos argentino e brasileiro, sugerindo ao cabo a plausibilidade de uma comparação acerca presença das elites nacionais em cada um dos dois Estados. Finalmente, nas considerações de fechamento, sem a aspiração precoce de produção ou teste de inferências, busca-se reforçar e justificar a relevância acadêmica e social de um trabalho que procure investigar comparativamente as elites de dois Estados latino-americanos com similares heranças colonialistas e dependentistas.

## MOBILIZANDO ALGUMAS NUANCES DOS TRABALHOS DE BOURDIEU E DE AUTORES CONSOANTES ACERCA DO TEMA DAS ELITES

A etimologia do termo *elite* remonta ao particípio passado do verbo latino *eligere*, literalmente traduzido ao português como eger, escolher ou extrair. Nesse sentido, o termo se conecta a ideia de superioridade daquilo ou daqueles *escolhidos*, dialogando portanto com a semântica da palavra grega aristocracia, que por sua vez remete etimologicamente *aos melhores*, ou seja, a esses *eleitos*<sup>1</sup>.

Perissinoto (2009) argumenta que, de maneira geral, o estudo de elites se preocupa em entender quem governa e com quais consequências, considerando nesse contexto origens e trajetórias sociais. Segundo o autor, a despeito das críticas e dos problemas encontrados na teoria das elites<sup>2</sup>, justificar-se-ia estudar os efeitos dessas minorias nas sociedades humanas. De acordo com tais argumentos, os valores, as origens sociais e as trajetórias da elite política podem ser relevantes elementos na análise científica da política. Em continuação, sem defender contudo que essas minorias privilegiadas controlariam plenamente as consequências de suas decisões, Perissinoto (2009) atesta que sobretudo naqueles momentos de mudança substancial das estruturas sociais e políticas, as elites políticas são variáveis essenciais nas investigações acerca processo de construção de instituições. Por conseguinte, qualquer pesquisa que busque entender as im-

1. Informações extraídas de *The Concise Oxford Dictionary of English Etymology* (1996).

2. Segundo o autor tais críticas se concentrariam sobretudo nas explicações pautadas no funcionamento do Estado a partir de seus vínculos objetivos com o sistema econômico, de tal maneira que controlar postos de poder na estrutura estatal independeria da origem social do ator e que, em última instância, o que importaria seriam os efeitos objetivos da decisão política e não as intenções dos tomadores de decisão (PERISSINOTO, 2009).

plicações institucionais e sociais de determinados processos de tomada de decisão deveria, ao menos, levar em consideração a natureza das elites como um provável fator explicativo.

Resgatando e mobilizando conceitos de Bourdieu, sem obviamente esgotar toda a literatura do autor sobre o tema as elites, o presente tópico busca assim pensar a plausibilidade do estudo das minorias dominantes nas investigações científicas, mobilizando conceitos como *habitus*, capital cultural, capital simbólico e capital político. Na sequência, após exploradas duas das acepções do conceito de capital social, ilustra-se a possibilidade de diálogo entre a perspectiva bourdieuniana e a teoria latino-americana através da obra *La ciudad letrada* (1998) de Angel Rama, para finalmente pensar certas nuances do tema das elites na transição política.

### *Pierre Bourdieu: os Eleitos vistos sob o prisma da diferenciação*

Dentre a variada gama de objetos sobre os quais se debruçou Pierre Bourdieu ao longo da sua trajetória acadêmica, notável foi sua preocupação para com o tema da sociologia das elites. Perpassando e alinhavando sua obra, o assunto emergiu como uma rota necessária à sua aspiração primeira de pensar as dinâmicas da manutenção do poder na sociedade, sobretudo no atinente à sua manutenção e transferência através e entre gerações e grupos específicos (BOURDIEU, 1979; 1989).

Examinando os mecanismos da reprodução das hierarquias sociais, o autor ressalta a relevância de fatores de ordem histórica, cultural e simbólica imposição de certos valores por parte de minorias dominantes. Dialogando com tal propósito, em *De la Maison du roi à la raison d'état* (1997), Bourdieu pensa o Estado, tomado na perspectiva evolutiva do modelo dinástico ao burocrático, como um espaço essencial à modelagem dessas minorias proeminentes. O Estado se estabeleceria

inicialmente como uma continuação da casa real, a *maison do rei*, desaguando através de um sistema de estratégias de reprodução no modelo burocrático contemporâneo. Esse movimento evolutivo se respaldaria sobretudo por um acumulado de *capital simbólico*, entendido como qualquer tipo de capital internalizado e legitimado por um reconhecimento específico (BOURDIEU, 1979; 1989; 1997).

É possível sugerir que, resguardada no aparato estatal estabelecido, a legitimidade que as elites podem vir a usufruir se daria analogamente à lógica da crença na dominação praticada pelo rei no momento Antigo Regime onde “ele [*o rei*] é levado a crer-se rei uma vez que os demais acreditam (ao menos em certa medida) que ele é o rei, cada um considerando o fato que os demais consideram o fato que ele é o rei” (BOURDIEU, 1997, p. 58, tradução nossa<sup>3</sup>). Haveria nessa lógica uma retroalimentação de valores, ou seja, de capital simbólico, onde ocupar uma posição de dominação justificaria e respaldaria a própria ocupação.

Localizando a existência mais plena e fecunda das elites quando articuladas à burocracia na atualidade, realça Bourdieu (1989; 1997) a existência de um movimento de universalização concomitante a busca da monopolização do universal por uma minoria, herdeira de um alto grau de capital escolar, que disputa benefícios materiais e simbólicos, reservados especifica e historicamente a esses atores que gozam da prerrogativa de permeiar a estrutura do Estado.

No caso específico da transição de regime político, entendendo a maneira como o autor pensa relação entre elites e Estado, é certamente plausível refletir sobre a relevância das minorias na imposição ou na tentativa de imposição de valores políticos provenientes da localização social desses atores. Se-

3. Il est fondé à se croire roi parce que les autres croient (au moins dans une certaine mesure) qu'il est roi, chacun devant compter avec le fait que les autres comptent avec le fait qu'il est roi.

gundo Bourdieu (1989), o processo de construção social da divisão entre dominados e dominantes é plenamente compreendido somente quando à luz da geração e da manutenção das estruturas cognitivas e do posicionamento social dos atores. A realidade social é assim construída através do embate entre diferentes interesses os quais são determinados pela posição ocupada por cada ator no espaço social que se pretende alterar ou preservar. Nesse prisma, os representantes das elites buscariam notadamente conduzir as questões concernentes à alteração e manutenção da política interna e da política externa consonantemente aos valores cultivados a partir da sua localização social.

Bourdieu (1989) ressalta ainda que embora os atores ajam de acordo com valores relativos à sua localização social, esses não teriam consciência plena dos seus atos, os quais seriam na verdade executados a partir de uma operação prática do *habitus*, entendido pelo autor como “um conjunto de disposições, reflexos e formas de comportamento que as pessoas adquirem através do agir em sociedade” (BOURDIEU, 2000, p.19, tradução nossa<sup>4</sup>). Trata-se de um sistema de disposições duráveis interiorizado pelos indivíduos através das condições objetivas da vida social e que passam a funcionar como princípios inconscientes de ação e de percepção.

Uma vez que a influência simbólica de um grupo dominante só é garantida na medida em que os dominados contribuem para sua eficácia, através da predisposição a reconhecê-la (BOURDIEU, 1989), seria possível inferir a legitimidade das elites no trato para com questões relativas às alterações estruturais no regime político – sobretudo entendendo os grupos dominantes amparados na figura do Estado. No ensejo da discussão emerge ainda a concepção de violência simbólica, entendida como aquela violência exercida sobre um agente social com sua cumpli-

cidade, de tal sorte que haveria um desconhecimento dessa violência por parte daquele que a sofre na medida em que esse agente não a percebe enquanto tal (WACQUANT; BOURDIEU, 1996).

Seria assim pertinente refletir acerca dos fatores que estimulam tal cumplicidade por parte dos dominados, considerando, conforme defende o autor, que mesmo aqueles que analisam academicamente o tema do poder não estariam isentos da sua influência. Em efeito, se incorreria no risco de desapercibidamente contribuir para o exercício da dominação simbólica na medida em que as estruturas mentais do sujeito conformam objetivamente as estruturas sociais do microcosmo no qual se insere (BOURDIEU, 1989).

Finalmente, importante ressaltar que para Bourdieu(1979) cada membro desse corpo denominado elite, não incorporará em si todas as características e propriedades que definem o grupo enquanto tal, como os títulos, posses, modos de agir e códigos linguísticos. Os grupos aristocráticos, os quais normalmente se reconhecem e se distinguem como existências naturalizadas, e portanto *indefiníveis*, fomentam a ilusão fundacional do grupo a partir de um arbitrário reconhecimento mútuo. Considerar destarte essa lógica social de construção da elite a partir da distinção advinda do cultivar de um *habitus* próprio é certamente etapa essencial na execução de eventuais análises acerca da relevância dos grupos dominantes naqueles momentos de alteração do modelo ou do regime político.

#### BOURDIEU E PUTNAM: O CAPITAL SOCIAL ENTRE A HARMONIA E A CONTENDA

De maneira abreviada é possível entender a elite nos trabalhos de Bourdieu como aquele grupo altamente dotado de capital cultural, econômico e social. Havendo sido entendidas algumas das nuances da diferenciação social advinda do capital cultural bem como das condições materiais propi-

4. a set of disposition, reflexes and forms of behaviour people acquire through acting in society

ciadas pelo capital econômico, resta definir capital social. Bourdieu buscou definir esse terceiro tipo de capital, também legitimado através da mediação do capital simbólico, como um recurso aplicado na dimensão do conflito social, mais especificamente entendido como,

O conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento; ou, em outros termos, ao pertencimento a um grupo, como um conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns...mas são também unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1980, p.2, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Considerada a importância da organização, estabilidade e institucionalização das redes de relações entre os atores dos grupos dominantes em uma sociedade, sobretudo quando articuladas à figura do Estado e ao seu aparato burocrático, o conceito de capital social se torna essencial para o modo como o autor entende as elites. Capital social é aqui portanto um capital coletivo, diretamente relacionado ao pertencimento a um grupo, que propicia em essência ganhos mútuos e legitimidade social.

Entende-se que há ganho compreensivo quando se explora o conceito bourdieuniano comparativamente à interpretação que Robert Putnam viria posteriormente a imputar à ideia de capital social. Ao longo da década de 1970 e em menor medida no princípio dos anos de 1980, Putnam se preocupou em estudar as ditas elites administrativas e políticas de modo a entender como suas crenças, ou o *ethos* específico, interferiam no funcionamento das democracias. Para o autor, a qualidade dessas

elites que administravam as grandes democracias era de certa maneira pré-requisito para a manutenção e bom desempenho do regime<sup>6</sup> (PUTNAM, 1976). Resgatando o conceito, Putnam definiu capital social como aquelas “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177). Tomando capital social como um recurso moral e um bem público, sua utilização não minguaria a sua oferta, muito pelo contrário a potencializaria, ao passo em que esse capital tenderia a esgotar-se caso não for utilizado. A confiança mútua entre duas pessoas, por exemplo, tende a aumentar proporcionalmente à intensidade da confiança de um ser pelo outro (PUTNAM, 1996). Nesse sentido, o quão maior o grau de capital social melhor seria a performance institucional de um regime político<sup>7</sup>.

Desse modo, segundo organiza Siisiäinen (2000), enquanto o conceito de capital social putnamiano lida com valores coletivos, como a confiança e a integração social, a abordagem de Bourdieu deriva da perspectiva de atores engajados em inevitáveis conflitos fomentados pela busca de interesses. Dessa maneira, é plausível afirmar que a diferença mais marcante entre ambas as perspectivas sucede na medida em que Bourdieu entende o capital social como um fenômeno coletivo que tem

6. Em geral as principais obras publicadas pelo autor no período em questão trataram de expor as complexas relações entre atores administrativos e políticos no atinente ao governo democrático. Dentre tais obras se pode destacar *The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy* (1973); *The Comparative Study of Political Elites* (1976); *Bureaucrats and Politicians in Western Democracies* (1981) e *Hanging Together: the Seven-Power Summits* (1984).

7. O conceito é marcadamente utilizado por Putnam (1996) em *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Na obra, partindo do ensejo da intenção do governo italiano de colocar em prática na década de 1970 o dispositivo constitucional que previa o estabelecimento de governos regionais, Putnam observa que as diferenciadas performances institucionais na Itália, extremamente inferiores nas regiões do sul do país em comparação com o norte, se justificariam no plano do tecido social.

5. l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'interconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes ... mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles

suas potencialidades exploradas por atores envolvidos um processo de contenda social.

Compreender ambas as leituras de capital social certamente auxilia o pesquisador na utilização do conceito da maneira mais adequada ao objeto de investigação. No caso da complexidade do fenômeno de transição de regime político caberia considerar as potencialidades da adoção de cada perspectiva – ou mesmo de uma abordagem híbrida – onde em um extremo do espectro se vislumbra o ceticismo de Bourdieu com relação à ação altruísta dos agentes sociais em oposição à romântica visão putnamiana de confiança generalizada e da possibilidade de ações desinteressadas (SIISIÄINEN, 2000).

#### BOURDIEU E RAMA: A DISTINÇÃO BOURDIEUNIANA NA CIDADE LETRADA

A partir de um olhar eminentemente latino-americano, Angel Rama (1998) busca refletir em *La Ciudad Letrada* sobre o tema da construção histórica e cultural da justificativa do poder na sociedade latina pós-colonial. No ensaio, editado postumamente, Rama (1998) retoma o processo de fundação dos aglomerados urbanos latinos, opondo e comparando a dita cidade real, segundo ele somente existente na história, com a denominada cidade letrada, que por sua vez aspira ser atemporal e imaterial como os signos. Dessa maneira, o autor investiga o poder que o domínio da escrita atribuiu àquelas elites letradas, inferindo a notável relevância dessa habilidade na manutenção das prerrogativas e no estabelecimento das elites latinas enquanto corpo.

Nesse intento, *La Ciudad Letrada* (1998) se aproxima da denúncia de Bourdieu (1979) da naturalidade com que comumente se atribui a inclinação ou o gosto pela cultura, ou por habilidades intelectuais socialmente valorizadas, como um evento contingencial da natureza – o qual se torna uma marca definidora do pertencimento a uma determinada classe. Bourdieu (1979) demonstra como

a observação científica permite inferir que as necessidades culturais são produtos da educação formal, de tal sorte que preferências literárias ou musicais, por exemplo, se correlacionariam com o nível de educação formal e com a origem social do sujeito. Nesse raciocínio, a habilidade do letrismo ou do beletismo é certamente também um fator que conforma a geração e a manutenção das elites nacionais.

No caso específico da América Latina, Rama coloca que a palavra escrita se definiria como a única válida, em oposição à palavra falada, essa pertencente ao reino do inseguro e do precário. A palavra teria assim gerado ao longo do processo de colonização na América Latina uma cidade simbólica, no original a *cidade letrada*, dentro dos limites da cidade murada, ou cidade física. A manifestação dessa cidade letrada, ocorrida sobretudo através dos signos, a dissociava das circunstâncias favorecendo os interesses do projeto colonizador. Dessa maneira, a formação das elites letradas no contexto da cidade simbólica teria vindo a desaguar na formação dos grupos dominantes latinos do século XX e na lógica da distribuição de poder nesse contexto. Essas elites, segundo Rama (1998), gozaram da capacidade de se institucionalizar ao longo do tempo a partir das suas competências específicas, através de organizações como seminários, universidades e colégios.

A institucionalização da elite na cidade letrada dialoga com o processo investigado por Bourdieu (1979; 1989) onde a elite surge e se propaga entrecida ao Estado moderno, em um movimento de progressão mútua da legitimidade simbólica tanto do Estado quanto dos seus componentes, elegidos esses em função das suas habilidades específicas as quais provêm sobretudo de um acúmulo de capital cultural e social. No concernente a esse acúmulo de capital cultural, Rama (1998) buscou ainda considerar o impacto das revoluções locais, das vanguardas modernistas e dos movimentos de afirmação nacional na cidade simbólica. Para o autor a educa-

ção popular em adição ao fortalecimento do nacionalismo veio modificando a cidade letrada e própria lógica de estruturação das elites, mesmo porque a democratização do ensino teria inaugurado o primeiro caminho independente ao poder, pelo qual transitaram diversos intelectuais latinos.

Naturalmente, no ensejo de tal raciocínio, os movimentos de transição de regime político poderiam ser entendidos como o estopim de um longo processo de atrito entre fatores como a maturação da cidade letrada, a evolução da organização das estruturas de poder, as aspirações de universalização do ensino ou ainda o fortalecimento de movimentos nacionalistas e partidaristas.

A despeito dessas mudanças atestadas e consideradas, Rama (1998) converge ao argumento bourdieuniano da existência de certa estabilidade social das elites, já que a despeito das revoluções populares na América Latina a marcante presença do autoritarismo no começo do XX teria promovido uma continuidade histórica da tendência aristocrática dos letrados.

### *A presença das elites nos momentos de transição política*

Para Mazzei (2011) a ideia de transição, em política, é uma categoria ambígua que foi amplamente adotada na academia ocidental, sobretudo na década de 1980, sob o marco do debate acerca dos processos transacionais de regimes autoritários na América Latina, África e Europa Meridional, tratados como a terceira onda democrática. Transição política, conforme aqui entendida, seria o intervalo ou interregno existente entre dois distintos regimes políticos, de tal maneira que a transição especificamente à democracia seria o movimento de dissolução de um regime autoritário concomitantemente ao estabelecimento de alguma forma de democracia (O'DONNELL, SCHMITTER e WHITEHEAD, 1998).

Entender a transição política meramente como a evolução ou o processo em direção a um cenário de ordem pode vir a camuflar o uso estratégico ou tendencioso da palavra *ordem*. Segundo Rama (1998), o termo é ambíguo podendo ser utilizado oportunamente como *o lugar adequado de cada elemento* por aqueles com o domínio sobre as letras ou, na perspectiva bourdieuniana, por aqueles atores sociais com maior grau de capital cultural. Essas são portanto habilidades específicas que coincidem com a posição das elites, as quais assentadas ou não na legitimidade estatal podem vir a versar sobre o que seria o devido cenário de ordem.

Conforme vem sendo sugerido, pensar tanto o processo de transição política quanto o de formação e manutenção da elite nacional implica na consideração do Estado, seja entendendo essa entidade como instância burocrática ou simbólica. É possível afirmar que Bourdieu (1979; 1989; 1997) valoriza pois claramente a figura do Estado nas suas reflexões sobre o tema das elites. Segundo o autor “a gênese do Estado não se dissocia da gênese de um grupo de pessoas que estão ligadas a ele e que estão interessadas no seu funcionamento” (BOURDIEU, 1997, p. 62, tradução nossa<sup>8</sup>). Seja de maneira direta ou indireta, as estruturas burocrática e simbólica estatais são colocadas em suas análises como elementos de privilegiada atenção. Naturalmente, uma análise que busque analisar a transição de regimes pautada em uma perspectiva bourdieuniana, deveria assim considerar a maneira como a elite se entrelaça ao Estado, moldando e sendo moldada por tal entidade, em um movimento que certamente tem consequências diretas na definição do regime político nacional.

Entender a existência das elites na modernidade como um contínuo simbólico de estruturas

8. la genèse de l'État est indissociable de la genèse d'un groupe de gens qui ont partie liée avec lui, qui sont intéressés à son fonctionnement.

originadas no contexto do Estado dinástico, onde o poder migra do núcleo real para uma estrutura impessoal burocratizada, permite ao observador tanto melhor compreender a lógica interna de ação de grupos dominantes na burocracia quanto ainda justificar a existência de práticas patrimonialistas, clientelistas ligadas a essas coletividades. Entretanto, relevante apontar que considerar essa evolução em termos históricos não implica para Bourdieu (1997) na ausência de claras contradições como a da possibilidade da coexistência de traços do modelo de reprodução burocrático, marcado pela competência e pelo mérito, e do modelo dinástico, reconhecido pelos laços de genealogia e de consanguinidade (BOURDIEU, 1997, p.63).

Ainda no atinente à entidade do Estado, importante observar que para além da perspectiva weberiana acerca da prerrogativa estatal do monopólio legítimo do uso da força em determinado território, Bourdieu (1996) atesta sobre o monopólio que o Estado moderno também detém sobre a violência simbólica, através da legitimidade da imposição de um conjunto de normas coercitivas em um dado espaço. Tal dominação simbólica conta com o esteio do monopólio da classificação simbólica e da categorização, sobretudo no sistema educacional (BOURDIEU, 1979, 1989).

Como anteriormente apontado, a parte do capital social, a estrutura do espaço social, é produto de dois tipos fundamentais de capital ou de princípios de diferenciação, (1) o capital econômico, mais objetivamente verificado, sobretudo a partir do fator renda e (2) o capital cultural, ligado ao domínio de habilidades intelectuais específicas e a posse de diplomas e títulos, cultivado eminentemente nas instituições formais de educação (BOURDIEU, 1979). Rama portanto dialoga com o raciocínio ao pensar aquelas elites letradas que se institucionalizaram ao longo do tempo através dessas instâncias formais de educação. Para ambos os autores, as es-

colas e centros formais de ensino teriam se estabelecido sobretudo como mantenedores da distinção das elites letradas, detentoras de títulos, bens materiais e preferências específicas promotoras da distinção social. Destarte, entendendo as instituições educacionais como fundações de dominação e de legitimação da dominação (BOURDIEU, 1979) pensar um movimento de reforma política em paralelo a uma eventual permanência da lógica institucional do ensino, permite inferir a possibilidade de manutenção da estabilidade dos grupos dominantes, tanto em termos do seu capital simbólico quanto das suas imbricadas relações com o Estado, mesmo na eventual alteração de regime político.

Naquilo que diz respeito ao conceito de *habitus*, sendo esse um sistema de disposições duráveis interiorizado pelos indivíduos, como pensar a mudança, no caso a transição política, a partir de uma abordagem bourdieuniana? Embora se trate de princípios duráveis que orientam o curso de ação dos atores sociais, o *habitus* não é fixo ou determinado. Em efeito, trata-se de um sistema que se reestrutura de acordo com a trajetória social. Desse modo, inscreve-se de maneira manifesta a preocupação do autor para com um afastamento tanto de um determinismo micro-sociológico, no nível da agência, quanto estrutural, no nível sistêmico<sup>9</sup>. Considerando então que existe algum grau de escolha, já que as práticas dos agentes não são totalmente determinadas, e que a liberdade é tolhida em alguma medida através do *habitus*, a abordagem bourdieuniana seria sim adequada para uma reflexão pautada na presença da elite em momentos de mudança de regime político.

Na ocasião da discussão, Siisiäinen acusa, em tom dissonante, que “a concepção teórica de Bourdieu não é de grande valia para a análise de

9. Como evidencia Siisiäinen (2000) é marcante a influência do conceito de *habitus* bourdieuniano na elaboração da concepção de dualidade da estrutura em Anthony Giddens (1979).

processos de mudança causados por agentes e movimentos conflitantes” (SIISIÄINEN, 2000, P.17, tradução nossa<sup>10</sup>). Sem embargo, não há ao longo do artigo de Siisiäinen evidências que sustentem sua afirmação tampouco um desenvolvimento mais detido do raciocínio. Desse modo, nesse primeiro momento de esboço de investigação e sem naturalmente esgotar as críticas aos trabalhos de Bourdieu, parece cabível utilizar da teoria bourdieuniana para refletir sobre certos pontos referentes à presença das elites na transição, conflituosa ou não, de regime político.

Um processo de transição política entendido à luz da ação das elites nacionais pode ser estudado considerando a evolução histórica de um processo que culmina em determinado momento de alteração sensível do quadro político e social de uma nação. Nesse sentido, a ideia de *path dependence* pode vir a ser de adequada aplicação. Segundo Pierson e Skocpol (2008) o *path dependence* busca explicar como as decisões que um ator toma em dadas circunstâncias estão limitadas por decisões realizadas no passado, mesmo que essas circunstâncias do passado possam não ser mais relevantes. Ou seja, a presença de uma elite em um momento de transição política através do uso de capital econômico, cultural e social, pode ser analisada como uma resultante de decisões e ações pretéritas. O esforço de Bourdieu (1989) para traçar a evolução do Estado dinástico ao burocrático pode ser tomado no sentido de ilustrar o raciocínio. Em efeito, Bourdieu destaca, em sentido amplo, a importância de desconstruir os valores universais e as verdades universais em termos da investigação da sua elaboração histórica, já que em determinado momento a lógica do jogo é tal que atores podem ter interesse na construção e utilização deliberada dos ditos *valores universais* (WACQUANT; BOURDIEU, 1996).

Putnam (1996), na mesma lógica do *path dependence*, corrobora que a situação social e política de um Estado ou região é diretamente dependente da trajetória trilhada e do ponto de origem, de tal maneira que alguns destinos são inatingíveis a partir de determinados lógicas evolutivas.

Sendo portanto a gênese e a condução do aparato burocrático e simbólico do Estado moderno intimamente ligadas à existência das elites nacionais (BOURDIEU, 1989, 1979; PUTNAM, 1976, 1996) seria plausível sugerir que naqueles momentos de sublevação social ou alteração de regime político é plenamente válido refletir sob o ponto de vista histórico à ação das elites no estabelecimento do novo *status quo*.

## CONSIDERAÇÕES NÃO EXHAUSTIVAS SOBRE UMA HISTÓRIA COMPARADA DA REDEMOCRATIZAÇÃO NA ARGENTINA E NO BRASIL

Tratar comparativamente duas nações que embora vizinhas se resguardam nas peculiaridades de suas respectivas histórias é certamente um exercício factível ainda que não óbvio. Segundo Devoto e Fausto (2004), é necessário pensar até onde seria válida a identificação e a confrontação de episódios históricos similares na Argentina e no Brasil, como as alternâncias entre crises agudas e estabilizações efêmeras através de planos econômicos, resguardando ainda da tentação de estereótipos imprecisas.

As redemocratizações argentina e brasileira ocorridas formal e efetivamente na década de 1980 compuseram uma ampla amostra de países, sobretudo latinos e sul-europeus, que findados seus regimes autoritários iniciaram um movimento de trânsito à democracia.

10. Bourdieu's theoretical conception does not give much help if we want to analyze the processes of change caused by conflicting agents and movements.

Transcendendo aos objetivos do presente trabalho uma detida análise histórica, os sucedâneos tópicos buscam ilustrar de maneira bastante enxuta e objetiva os cenários argentino e brasileiro do contexto da redemocratização, de maneira a sugerir ao fim algumas das possibilidades e expectativas de uma eventual comparação entre os casos.

### *O caso argentino*

Segundo atesta Guillermo O'Donnell (1998) o princípio do processo de transição à democracia na Argentina pode ser localizado ainda em 1980, quando o então general Jorge Videla demonstrava sinais de abertura deliberada a um diálogo político amplo, precedendo assim as estratégias de liberalização de 1981, implantadas pelo sucedâneo governo do general Roberto Viola.

Como ocorrido em demais transições à democracia, o processo argentino pode ser atribuído a variados e certamente não exaustivos estímulos. Fatores como a crise de legitimidade do governo militar argentino, a derrota sofrida na Guerra das Malvinas, a instabilidade econômica e mesmo as divisões internas na cúpula do aparelho militar certamente figuram entre aqueles mais emblemáticos. Assim, em dezembro 1983 o Estado argentino retorna formalmente ao governo democrático após o radical Raúl Alfonsín derrotar o candidato peronista Italo Luder com maioria absoluta, tornando-se o novo mandatário do país platino.

O governo de Alfonsín tinha por objetivos prementes a estabilização da economia nacional através do controle da dívida pública e do cenário de superinflação. Nas palavras de Busso (2014) acerca do governo em questão,

Do ponto de vista econômico, se buscava a diminuição do peso da dívida na estrutura econômica argentina, a integração econômica sub-regional e a cooperação sul-sul com a expectativa que essa viria a contribuir com a reativação da economia nacional e com o

controle da inflação (BUSSO, 2014, p.16, tradução nossa<sup>11</sup>).

Alfonsín assume do início da então reinauguração democrática governando até fevereiro de 1989, quando na sequência a um breve período de controle exitoso da inflação o governo não é bem sucedido no lançamento do Plano Primavera<sup>12</sup>, de tal modo que em fevereiro de 1989 o cenário de hiperinflação e de fuga de capitais estimula o fim abrupto do governo alfonsino.

### *O caso brasileiro*

O processo de redemocratização brasileiro se deu notadamente de maneira mais gradual que o argentino. É plausível sugerir que movimentações ainda do governo Geisel<sup>13</sup>, como as tentativas de retaliação e de condenação às torturas políticas gestadas sob seu governo e governos anteriores, já indicavam um processo de abertura à redemocratização. Na esteira histórica, outros notáveis episódios catalisaram o processo, como a declaração da Anistia Política por Figueiredo em agosto de 1979, as eleições indiretas de 1982, o emblemático movimento das *Diretas Já* em 1984 e destacadamente a inauguração do governo do civil José Sarney, em 1985.

De maneira geral, segundo Devoto e Fausto (2004), do ponto de vista conjuntural a transição brasileira se vincula mormente a fatores consolidados a partir de 1970, quais o amplo apoio ao Movimento Democrático Brasileiro nas grandes

11. Desde el punto de vista económico, se buscaba la disminución del peso de la deuda en la estructura económica argentina, la integración económica subregional y la cooperación Sur-Sur con la expectativa de que esto contribuyera a reactivarla economía nacional y controlar la inflación.

12. O plano Primavera, lançado em agosto de 1988, foi um plano alternativo do governo de Alfonsín que apostava seu sucesso na então nova aliança política entre a União Industrial Argentina e a chamada Sociedade Rural.

13. Governante militar brasileiro a partir de março de 1974 até o mesmo mês do ano de 1979. Geisel é sucedido por Figueiredo que governa por sua vez de março de 1979 até a abertura política de março de 1985.

concentrações urbanas, o sindicalismo e a estratégia das greves, o papel da igreja enquanto delatora das torturas cometidas pelo regime e mais centralmente os problemas internos das Forças Armadas.

José Sarney inicia seu governo em 1985 após a deflagração da comoção pública que mobilizara amplamente a sociedade brasileira com a morte de Tancredo Neves na iminência da tomada de posse da presidência por esse último. Destarte, em uma combinação de eventos contingências, Sarney assume em um clima de otimismo e euforia social para com a redemocratização. Entretanto, ato contínuo aos primeiros momentos de exaltação pública, o cenário de crise econômica, aprofundado por medidas e planos inconsistentes e paliativos, promoveu a queda acelerada da popularidade de Sarney e reduziu o entusiasmo da população para com o novo regime.

Baixo a égide do governo Sarney, destaca-se o Plano Cruzado<sup>14</sup> de 1986 e a promulgação da Constituição de 1988, que buscou convergir e assimilar discrepantes anseios sob o estandarte da democracia. Como remanescente do regime anterior interessante observar a coexistência do Serviço Nacional de Informações militar no novo regime, que se mantém em funcionamento até a Agência Brasileira de Informação tomar seu lugar em 1999, já sob o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com baixos níveis de popularidade potencializados sobretudo pela ingerência da crise econômica nacional, o governo de Sarney se estende até março 1990 quando o então mandatário deixa o cargo a favor de Fernando Collor de Mello, candidato diretamente eleito nas eleições de 1989.

14. Plano de ajuste econômico que adotou o Cruzado como nova moeda em paralelo a adoção de medidas de estabilidade como o congelamento de salários, a criação do seguro-desemprego e a extinção da correção monetária. O Plano é seguido pela sequência frustrada do Plano Cruzado II, em 1986, e pelo Plano Verão, já em 1989.

### *Argentina e Brasil em perspectiva: a plausibilidade de uma comparação alinhasada pelo estudo das Elites nacionais*

Marcadamente no princípio da década de 1980, manifestações pró-democracia emergiram de diversos níveis da sociedade brasileira e argentina promovendo os períodos democráticos até então mais longevos na história de ambos os Estados. É sem embargo importante não se furta do fato que seria excessivo afirmar que a democracia se tornou um valor universal, seja porque os partidários do autoritarismo não se extinguiram, seja em razão de uma cultura democrática não poder ser implantada em tão breve espaço de tempo (DEVOTO e FAUSTO, 2004).

Conforme sugerido, pensar os históricos argentino e brasileiro de transição à democracia implica em considerar convergências e divergências, inscritas nas devidas peculiaridades de cada caso e nas eventuais limitações de um estudo comparativo. O processo de transição na Argentina foi certamente mais brusco<sup>15</sup> quando comparado à lenta e gradual distensão do caso brasileiro (DEVOTO; FAUSTO, 2004; O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1998).

Assim, para além dos motivos mais aparentes, como os danosos resultados da Guerra das Malvinas ou a quiçá mais consolidada legitimidade do governo militar brasileiro, caberia questionar se as especificidades de cada elite nacional se correlacionariam com as dessemelhanças e singularidades entre cada processo de redemocratização. No caso brasileiro a decisão pela liberalização partiu do alto, ou seja, da cúpula do poder, com uma oposição bastante débil e desarticulada, enquanto na Argentina a mesma decisão foi intensamente influenciada por poderosas forças

15. Cabendo destacar que o movimento de liberalização iniciado pelo General Viola em 1981 foi abortado com o golpe do General Leopoldo Galtieri e com a consequente quebra de continuidade.

oposicionistas civis (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1998). Partindo de tais diferenciações seria plausível investigar portanto a existência ou mesmo o grau de articulação dessas elites, sejam elas políticas ou civis, de maneira a inferir se houve alguma interferência voluntária desses grupos e, mais ainda, qual seria a lógica desses nos diferentes caminhos trilhados, de cima para baixo no caso brasileiro e de baixo para cima no argentino.

Ainda que a superficialidade das análises aqui sugeridas não permita a geração de inferências válidas acerca das especificidades de cada caso, pode-se colocar a plausibilidade de uma investigação comparativa dos dois casos a partir da literatura sobre a ação das elites na modernidade, concentrada sobretudo nos momentos dos antecedentes imediatos à redemocratização e no período do primeiro governo de cada Estado— a saber, o governo de Alfonsín na Argentina, de 1983 a 1989, e no caso brasileiro o governo Sarney, ocorrido entre 1985 e 1990. Nesse sentido, seria válido mobilizar literaturas concorrentes e variadas, entendendo continuidades e descontinuidades, bem como destacando os atores sociais de relevância, em vias de inferir se grupos privilegiados vieram a conduzir ou influenciardeliberadamente esses processos de redemocratização e, em caso afirmativo, de que maneira.

Em linhas gerais, no concernente aos paralelos que se pode traçar entre os períodos em questão, é certamente possível aproximar as desprestigiadas saídas tanto de Alfonsín quanto de Sarney dos seus respectivos governos, considerando suas consequências singulares, a constar, o posterior retorno ao peronismo, do lado argentino, e a peculiar projeção de Fernando Collor nas eleições diretas de 1989 no Brasil. Complementam Devoto e Fausto (2004), afirmando que

só com muitas ressalvas o governo Sarney, no Brasil, pode ser comparado ao de Alfonsín. Em primeiro lugar, Sarney carecia

da legitimidade do presidente argentino, pois fora integrante da elite civil do governo militar e aderente de última hora às forças democráticas (...) não obstante tudo isso, o governo Sarney e o de Alfonsín, *que aliás se aproximaram com eficácia, no plano das relações internacionais*, assemelhara-se pelo fato de terem logrado êxito político, em maior ou menor grau, e terem fracassado no plano econômico” (DEVOTO e FAUSTO, 2004, p. 464, grifo nosso)

Relevante deter-se os dois pontos realçados na citação. Primeiramente, o fato de Sarney poder ser identificado como um ator dotado de capital econômico, cultural e social, relacionado a um grupo de atores bastante restrito, pode respaldar uma interpretação da sua trajetória através da literatura de elites. Diferentemente de Alfonsín, Sarney gozou da proximidade das cúpulas do poder ainda durante o governo militar. Fortalecido e amparado pela sua ampla base nordestina, concentrada sobretudo no Maranhão onde fora governador em 1965, Sarney foi posteriormente eleito senador pelo partido militar da Aliança Renovadora Nacional permanecendo no cargo até 1985, quando de fato assume a presidência da república.

Naquilo que concerne à aproximação entre Argentina e Brasil no plano das relações internacionais enfatizada pelos autores, há certo diálogo com a percepção de Busso (2014) acerca da condução da estratégia governista alfonsínista. Segundo a autora, “a busca de uma integração regional [na Argentina alfonsínista] deixou de ser um objetivo geral para converter-se em um processo de integração seletiva com o Brasil” (BUSSO, 2014, p.17, tradução nossa<sup>16</sup>). Percebe-se o destaque atribuído à ação deliberada de aproximação com o Brasil, segundo os autores em questão, o que certamente poderia vir a provocar o questionamento

16. la búsqueda de una integración regional dejó ser un objetivo general para convertirse en un proceso de integración selectiva con Brasil

acerca de uma potencial articulação transnacional entre elites argentina e brasileira.

A comparação entre os históricos argentino e brasileiro, mesmo no período que precede ambos os governos democráticos, não se esgota em semelhanças. Ainda que se tratassem de dois regimes autoritários de Estados limítrofes, houve, por exemplo, uma maior autonomia dos organismos de repressão no Brasil ao passo que na Argentina se verificou um maior envolvimento, e portanto maior cumplicidade, da alta hierarquia militar nacional, com a ocorrência de ações hediondas por parte do governo argentino quando os mandatários militares brasileiros já condenavam abertamente as práticas de torturas. Tal distinção certamente transborda com consequências diretas aos respectivos períodos de redemocratização onde, diferentemente do caso argentino, significativa parte do ativo militar brasileiro permanece com as mesmas funções desempenhadas nos quartéis antes sob o governo militar.

Pressupõe a existência de uma elite nacional, dotada de capacidades e interesses próprios, é plausível enfatizar que em determinado momento dos jogos desenvolvidos na arena política, certos atores ou grupos podem ter vindo a interessar-se na promoção dos ditos valores universais consonantes a sua conveniência. Nesse sentido, tanto no caso argentino quanto no brasileiro, caberia investigar aqueles agentes ou grupos possesores de alto grau de capital econômico, cultural e social, que manifestaram interesse na continuidade democrática. No caso argentino, por exemplo, Busso (2014), fornece substrato para a aplicação do raciocínio. Segundo a autora

é importante destacar que antes das tentativas desestabilizadoras ou do golpe de Estado proveniente das Forças Armadas, o governo contou com apoios provenientes da participação popular, dos setores da oposição política e, inclusive, das grandes corporações econômica

*que avaliavam como mais conveniente a continuidade democrática.* (BUSSO, 2014, p. 18, grifo nosso, tradução nossa<sup>17</sup>).

Na mesma linha argumentativa é plausível considerar a colocação que a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 refletiu as diversas pressões de variados grupos da sociedade, interessados na definição de normas que os beneficiassem (FAUSTO, 1995). Naturalmente, uma análise mais detida acerca da seleção e da comparação desses proeminentes atores nos casos argentino e brasileiro extrapola a presente proposta, que ambiciona apenas situar o terreno sobre o qual se operaria uma análise aprofundada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS ELITES NAS REMOCRATIZAÇÕES ARGENTINA E BRASILEIRA**

Como então se poderia pensar as elites nas transições de retorno à democracia na Argentina e no Brasil, em toda a amplitude do tema? Considerando potenciais implicações da manifestação deliberada de interesses elitistas em âmbito social, político e econômico, a proposta de investigação certamente desperta profícuos questionamentos. Qual papel coube especificamente às elites nacionais em tais períodos de transição? Teria sido a redemocratização um movimento desejado e conveniente aos interesses das parcelas mais abastadas de capital cultural, econômico e social? Até onde teria existido uma concertação deliberada entre atores representante das elites em plano nacional e transnacional? Seguramente, entendida a diversidade de abordagens investigativas com as quais se

17. es importante subrayar que antes de los intentos desestabilizadores o de golpe de estado provenientes de las Fuerzas Armadas, el gobierno contó con apoyos provenientes de la participación popular, los sectores de oposición política e, inclusive, las grandes corporaciones económicas que evaluaban como más conveniente la continuidad democrática.

podia examinar os temas, permanece a impressão de que os questionamentos não se esgotariam em respostas unívocas.

Entende-se ser socialmente relevante e justificada uma pesquisa em tais termos sobretudo quando aplicada à realidade de dois Estados latino-americanos que partilham um passado de colonialismo e dependência. Nesse sentido, defende Jaguaribe (1969) que a elite satelizante promoveria uma relação de causalidade circulante entre estagnação, marginalidade e desnacionalização, estimulando e racionalizando a dependência. Segue-se desse argumento a possibilidade de pensar o interesse das elites na promoção da redemocratização.

Aprofundando o ponto, ainda no que diz respeito às elites, Cardoso e Faletto em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), inferiram que os ditos casos de sucesso latinos se tratariam daqueles onde coalisões elitistas cominclinção para ou interesseno desenvolvimento haviam conseguido gerar legitimidade e certa estabilidade na medida em que se articularam em uma arena superior, no nível intra-elites, bem como em uma arena mais ampla, atraindo as classes populares para a coalizão dominante, embora de modo subordinado. Percebe-se a preocupação desses autores latinos para com a denúncia dessa utilização voluntária e tática na promoção de interesses de parcelas restritas e privilegiadas sob a alcunha do universalmente desejado. Retornando nesse sentido a abordagem bourdieuniana, é relevante considerar que “em suma, aqueles que têm sem dúvida mais evidentemente contribuído com o avanço da razão e do universal têm tido um interesse evidente no universal e podemos mesmo afirmar que eles possuíam um interesse privado no interesse público.” (BOURDIEU, 1997, p. 66, tradução nossa<sup>18</sup>)

18. Bref, ceux qui ont sans doute le plus évidemment contribué à faire avancer la raison et l'universel avaient un intérêt évident à l'universel et l'on peut même dire qu'ils avaient un intérêt privé à l'intérêt public.

Pensar comparativamente as elites argentina e brasileira na redemocratização pode partir da hipótese de que ambas elites teriam desempenhado papeis similares, e proeminentes, nos períodos de transição, ou ainda que teria havido uma articulação transnacional entre esses privilegiados – o que naturalmente implicaria na mobilização de uma literatura especializada no tema das elites transnacionais. Em adição, seria ainda possível cogitar, tanto em termos putnamianos quanto bourdieunianos, a hipótese de um alto grau de capital social intra-elites em paralelo a um baixo grau desse capital na população argentina e brasileira, o que poderia ter vindo a favorecer as elites nacionais. Afinal, enquanto a confiança gera reciprocidade e associativismo voluntário, que por sua vez fortalecem e reproduzem a confiança, a desconfiança e a apatia participativa produzem enfraquecimento do poder de corpo (PUTNAM, 1996). Relevante destacar ainda que associações de natureza voluntária aumentam os custos potenciais de defecção além de promover normas de reciprocidade e favorecer a comunicação e por consequência a confiabilidade das informações, o que certamente tolhe a liberdade incondicional de uma elite nacional.

Embora seja necessário considerar nos trabalhos de Putnam o problema da ausência da explicação da origem primeira da confiança social (SII-SIÄINEN, 2000), é possível assim sugerir a partir dos argumentos do autor que o baixo número de associações voluntárias existentes nos respectivos momentos da redemocratização brasileira e argentina pode ter vindo a fortalecer as prerrogativas das elites nacionais na condução e estabelecimento dos novos regimes. Ou seja, associações voluntárias, naturalmente marcadas pela horizontalidade organização, que pudessem vir a contrastar e contrapor a verticalidade da lógica organizacional das elites.

Segundo uma abordagem bourdieuniana, importante considerar que caso tenha existido um movimento similar na Argentina e no Brasil de proeminência e influência ou de violência simbólica das elites na condução do processo de redemocratização houve também uma predisposição social para a legitimação da ação dessas elites nacionais, presumindo que a influência de um grupo dominante só seria garantida na medida em que os dominados contribuem para sua eficácia através da predisposição a reconhecê-la (BOURDIEU, 1989). O reconhecimento passivo da legitimidade desses *eleitos* ou elites por ampla margem de determinada sociedade pode vir a ser justificado por uma ideologia da competência, ou de neo-Darwinismo social, segundo a qual se reconhece a oposição entre mestres e escravos, promovendo a geração de alguns poucos cidadãos superprivilegiados em detrimento a uma massa de pessoas (BOURDIEU, 1991).

Em adição, reiterando a concepção de *habitus* como um sistema de disposições sociais duráveis embora não fixas, é possível insinuar que a alteração de regime nos casos argentino e brasileiro em vias à redemocratização, não necessariamente implicou em uma alteração do *habitus* das elites locais. Entretanto, trata-se de uma sugestão que certamente ainda demanda investigações detidas e exaustivas.

Em verdade, como corrobora o raciocínio de Bourdieu,

Relações de poder simbólico tendem a reproduzir e a reforçar as relações de poder que constituem a estrutura do espaço social. Mais concretamente, a legitimação da ordem social... resulta do fato que agentes atribuem às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e de apreciação que emergiram dessas estruturas objetivas e tendem por consequência a enxergar o mundo como autoevidente (BOURDIEU, 1991, p.141, tradução nossa<sup>19</sup>).

Dessa maneira, o poder simbólico das elites argentina e brasileira pode ter vindo a reafirmar o *habitus* dos grupos dominantes, a despeito das alterações estruturais em cada período de transição de regime político, consolidando amplamente na sociedade a democracia como uma realidade autoevidente e um valor universalmente desejável.

A aceitação do regime democrático é, nesse sentido, respaldada uma vez que a percepção social seria moldada a partir das próprias estruturas objetivas da realidade brasileira e argentina. Cabe assim novamente questionar (1) em que medida o processo social de geração de um *desejo universal*, seja ele deliberado ou não, respaldado pela estrutura simbólica e burocrática do Estado bem como por um *habitus* elitista específico, pode ter vindo a ser do interesse de grupos nacionais específicos, ou ainda (2) entendendo que o *habitus* é um sistema de disposições aberto, durável mas não eterno (WACQUANT; BOURDIEU, 1996) em que medida as elites nacionais poderiam conduzir ou interferir em uma transição de regime político se alterando no processo.

## REFERÊNCIAS

- ABERBACH, J.; PUTNAM, R.; ROCKMAN, A. **Bureaucrats and Politicians in Western Democracies**, Cambridge MA: Harvard University Press. 1981.
- BOURDIEU, P. De la maison du roi à la raison d'État. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. 1997. 118: 55-68. Disponível em [http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss\\_0335-5322\\_1997\\_num\\_118\\_1\\_3222/article\\_arss\\_0335-5322\\_1997\\_num\\_118\\_1\\_3222.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3222/article_arss_0335-5322_1997_num_118_1_3222.pdf).
- BOURDIEU, P. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit. 1989.
- BOURDIEU, P. **Le capital social**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. 1980. 31: 2-3

19. Symbolic power relations tend to reproduce and to reinforce the power relations which constitute the structure

of the social space. More concretely, the legitimation of the social order ... results from the fact that agents apply to the objective structures of the social world structures of perception and appreciation that have emerged from these objective structures and tend therefore to see the world as self-evident

BOURDIEU, P. **In Other Words: Essays Toward a Reflexive Sociology.** Cambridge: Polity 1991.

BOURDIEU, P. **The politics of protest.** An interview by Kevin Ovenden. *Socialist Review.* 2000. 242: 18-20.

BUSSO, A. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**, Universidad de Chile. 2014; 177: 9-33.

CARDOSO, F; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1970.

DEVOTO, F.; FAUSTO, B. **Brasil e Argentina:** um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34. 2004.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: EdUSP. 1995.

GIDDENS, A. **Central problems in Social Theory:** action, structure and contradiction in Social Analysis. University of California Press. 1979.

HOAD, T. **The Concise Oxford Dictionary of English Etymology.** Oxford University Press. 1996.

JAGUARIBE, H. **Dependencia y autonomía en América Latina,** in Jaguaribe, H; et al. La dependencia político-económica de América Latina. México: Siglo XXI. 1969.

MAZZEI, D. Reflexiones sobre la transición democrática argentina. **PolHis.** 2011. 7: 8-15.

O'DONNELL; SCHMITTER, P; WHITEHEAD, L. **Tran-siciones desde un gobierno autoritario.** América Latina. Buenos Aires: Paidós. 1998.

PERISSINOTTO, R. **As elites políticas:** questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX, 2009.

PIERSON, P; SKOCPOL, T. El institucionalismo histórico en la ciencia política contemporánea. **Revista Uruguaya de Ciencia Política.** Instituto de Ciência Política. 2008. 17: 7-38.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

PUTNAM, R.; BAYNE, N. **Hanging Together:** the Seven-Power Summits, Cambridge MA: Harvard University Press. 1984.

PUTNAM, R. **The Beliefs of Politicians:** Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy. New Haven: Yale University Press. 1973

PUTNAM, R. **The Comparative Study of Political Elites.** New Jersey: Prentice Hall. 1976.

RAMA, A. **La ciudad letrada.** Montevideo: Arca. 1998.

SIISIÄINEM, M. Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam. Department of Social Sciences and Philosophy. University of Jyväskylä. Paper presented at **ISTR Fourth International Conference "The Third Sector: For What and for Whom?"** Trinity College, Dublin, Ireland. 2000.

WACVQUANT, L.; BORDIEU, P. **An Invitation to reflexive sociology.** Cambridge:

*Recebido em: 5 de setembro de 2015  
Aprovado em: 18 de dezembro de 2015*



# O *Apartheid* na política internacional entre 1948 e 1994

*Apartheid in the international politics between 1948 and 1994*

Tamires Santos Lacerda<sup>1</sup>

Rita Flávia Gomes Carvalho<sup>2</sup>

Rodrigo Corrêa Teixeira<sup>3</sup>

## **Resumo**

*Vinte anos após o término do Apartheid (1948-1994), pretende-se discorrer sobre ele enquanto um modelo de desenvolvimento econômico que gerou repercussões na política internacional, ultrapassando o discurso clássico de que o Apartheid foi apenas um regime de segregação racial na região sul africana.*

**Palavras-chave:** *Apartheid. Modelo de desenvolvimento. Política internacional.*

## **Abstract**

*Twenty years after the end of Apartheid (1948-1994), this article intends to discuss about it as an economic development model which brought repercussions in the international politics, exceeding a classic speech that the apartheid was just a south african racial segregation regime.*

**Key words:** *Apartheid. Economic development model. International politics.*

---

1. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) 2015, financiado pela PUC Minas. Extensionista voluntária da Coordenação do Parlamento Jovem de Minas Gerais 2015 e pesquisadora voluntária do Centro de Serviço de Carreiras (CSC) do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas.

2. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) 2015, financiado pela PUC Minas. Voluntária do 16º MINIONU

3. Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Doutor em Geografia (UFMG)

## **Apartheid: origens, características e mitos**

Embora o termo *apartheid* denote “separação”, a existência de um regime baseado nessa concepção representou mais do que uma segregação racial entre brancos, negros<sup>4</sup> e *coloureds* (mestiços). Ulterior a isso, o *Apartheid* (1948-1994) foi um modelo de “desenvolvimento separado de cada raça, na área geográfica que lhe é determinada” (CORNEVIN, 1979, p. 25) na República da África do Sul (RAS). Esse sistema formalizado pelo Novo Partido Nacional (NNP), representado pelos *afriçânders*<sup>5</sup>, dividiu o Estado em onze repúblicas independentes com o discurso de que os negros precisavam ser civilizados, uma vez que cada um era considerado um “empregado domado, feliz e bastante preguiçoso”. (CALVOCORESSI, 2011)

Desde a colonização, várias leis discriminatórias foram implementadas pelos holandeses e, posteriormente, formalizadas com a criação da União Sul-Africana<sup>6</sup>. Uma das principais medidas foi a Lei de Registro da População (1950), pois categorizava as raças de cada indivíduo – branco ou negro - e por meio dessa classificação cada pessoa saberia quais direitos e deveres estaria sujeita nas leis subsequentes. Houve também a Lei sobre a Imoralidade de 1927 (e emendada em 1956) que criminalizava as relações heterossexuais entre raças diferentes (CORNEVIN, 1979), que tinha a finalidade de antemão de que “povo escolhido”<sup>7</sup> não deveria procriar-se a partir da mistura com outros povos, como constava

na Bíblia (CORNEVIN, 1979). Nesse sentido, em 1949 foi criada a Lei de Proibição dos Casamentos Mistos reforçando a proibição das relações sexuais e casamentos entre africanos e europeus, e entre os europeus e os *coloureds*. (DANILEVICZ, 2010)

Durante o governo Malan (1948-1954), como primeiro-ministro, foram delimitados territorialmente os locais onde cada raça poderia viver, trabalhar e transitar, através do *Native Labour Act* (1953) que regulamentou a formação de uma confederação econômica formada por dez *black states* (também chamados de batustãos) correspondendo a cada grupo étnico da população negra, e estes dez *states* sob tutela do décimo primeiro *state* dos brancos (CORNEVIN, 1979). A população negra urbana, que correspondeu a cerca de 73-75% de todo o conjunto, teve disponível 7% das terras – maioria pouco fértil – e os brancos (16,5-13% do total) obtiveram 93% das terras, boa parte mais produtiva. (DANILEVICZ, 2010)

A Lei de Registro da População, como explicitado, desdobrou-se em forma de emendas, para todas as leis existentes. A Lei de Emenda da Legislação sobre os Nativos (1957), por exemplo, autorizava as igrejas de proibir africanos de professarem sua fé nos espaços religiosos quando estas suspeitassem de algum crime cometido por eles; a Lei de Serviços Separados (1953) assegurava que os serviços públicos deveriam ser prestados na região em que cada grupo pertencia, e que não era necessária uma padronização operacional - dos serviços aos brancos serem iguais aos dos negros. Outra lei como a Lei de Emenda da Legislação Geral (1961) aprovou a detenção de qualquer suspeito de crime por período indeterminado, sendo a maioria deles acusados de pró-comunistas (considerados subversivos devido à Guerra Fria). (CALVOCORESSI, 2011)

Vários argumentos foram evocados para justificar o início desse “desenvolvimento multinacional”. Os brancos justificaram a divisão territorial ao

4. Os negros, ou *blacks*, poderiam ser os mestiços, asiáticos (principalmente os indianos), além dos próprios africanos.

5. *Afriçânders* (ou *boers*) eram todos aqueles que falavam Afrikaan, ou seja, os descendentes dos holandeses, alemães, franceses que ocuparam a região sul da África por volta de 1652. Cerca de 60% deles eram brancos. (CORNEVIN, 1979)

6. A União Sul-africana foi formada em 1910 e fez parte do Império britânico. (THE COMMONWEALTH, s/d.)

7. A expressão “povo escolhido” lê-se “os brancos”.

fato de que a “terra prometida” era um direito inalienável dado por Deus ao seu “povo escolhido”, e, em contrapartida, a cada um dos brancos “competem desenvolver os diferentes povos, muitos dos quais se encontram apenas no limiar do longo caminho em ordem à auto-governança e à auto-suficiência econômica e tecnológica” (CORNEVIN, 1979, p. 32). Ademais, o fim último da segregação era tornar cada região separadamente autossuficiente, de modo que ao longo do tempo fosse se formando uma única comunidade política sul-africana – a tal confederação econômica. No entanto, nenhum economista foi hábil de demonstrar uma possível existência dessa sociedade, pelo menos não a um custo exorbitante. (CALVOCORESSI, 2011)

Havia ainda um outro argumento de que os colonizadores holandeses foram os primeiros povos a aportar e habitar a região sul africana, sendo esta totalmente desértica até então. E, por conseguinte, os africanos teriam “achado” alguns anos depois a porção territorial sul-africana. Dessa forma, os holandeses teriam ocupado um horizonte maior de terras, criando-se, assim, suas *homelands*<sup>8</sup>. Aos africanos, por conseguinte, sobraram-lhes *homelands* menores e menos férteis, sendo estas as únicas terras desocupadas. Essa falácia foi uma das mais insistidas pelos holandeses, a fim de tentar legitimar a posse de quase 75% das terras pelos brancos. (CORNEVIN, 1979)

Ainda em 1950, Malan conseguiu a aprovação da Lei de Supressão ao Comunismo para vetar qualquer atividade pró-comunista. Essa Lei significou, na prática, a criminalização do Partido Comunista ao passo que garantiu ao Executivo maior liberdade de ação para suprimir o comunismo, mais particularmente, a oposição no Parlamento. Isso sem mencionar que desde 1937 a formação de sindicatos e a articulação de greves eram ilegais. (CALVOCORESSI, 2011)

8. Terra natal, em português.

Na área da educação houve a criação de um novo setor do Departamento de Assuntos Nativos, destituindo as missões religiosas de orientar a educação dos africanos, passando ele próprio a guiar os ensinamentos nas escolas e universidades. Não obstante, as missões católicas foram as únicas a ignorar tal impedimento, enquanto que os anglicanos fecharam suas escolas no Transvaal. (CALVOCORESSI, 2011)

### *O Apartheid na política internacional*

O *Apartheid* conseguiu perdurar por décadas desde sua consolidação. Apesar disso, a resposta internacional ao regime (principalmente após a Segunda Guerra Mundial) foi repulsiva não somente devido às graves violações aos direitos humanos, como também à política externa ofensiva praticada pela União-Sul Africana, sobretudo nos territórios com que fazia fronteira. (BRAGA, 2011)

A União Sul-Africana adotou uma política externa bastante intervencionista em várias outras nações africanas. Após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as colônias alemãs no continente africano como Togo, Camões e Ruanda, foram designadas a outros Estados. Desse modo, foi repassada à União Sul-Africana o Sudoeste Africano<sup>9</sup>, em um mandato emitido pela SDN – Sociedade das Nações<sup>10</sup> - que lhe concebeu o “direito de administrar e legislar sobre o território, como se este fosse parte integrante da União Sul-Africana e podia aplicar-lhe as leis sul-africanas, apenas necessitando de adaptarem-nas às realidades locais” (BRANCO, 2003, p. 96).

Entretanto, já em 1945, com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas), entra-

9. Atual Namíbia.

10. “A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, criada ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi a primeira organização internacional de escopo universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura”. (GARCIA, s/d)

va em vigor o novo Sistema de Tutela<sup>11</sup>, no qual a União Sul-Africana não pôde mais controlar o Sudoeste Africano, já que esses territórios não se enquadravam naqueles que, de acordo com a Carta da ONU, poderiam ficar sob cuidados de outro Estado. O Estado, entretanto, não concordou com os expostos pela ONU e defendeu seu direito de posse dos territórios. (BRANCO, 2003)

Posto que a SDN ainda estava em vigor e que quando a região foi transferida à União Sul-Africana a ONU não existia, o Estado não acatou as prerrogativas do Sistema de Tutela da organização em último. Adicionalmente, postulava-se que a ONU não se representava sucessora da SDN, tendo em vista que os principais fundadores (EUA e a ex-URSS) da ONU não eram membros da Sociedade das Nações<sup>12</sup>. Desse modo a União da África do Sul sugeriu que a resolução a respeito da posse das terras fosse votada pelos membros da ONU, e não simplesmente considerada uma emenda da SDN acatada automaticamente. (BRANCO, 2003)

Posto isto, o primeiro ministro sul-africano Marechal Smuts (1939-1948) tentou conseguir essa aprovação das Nações Unidas, a fim do Sudoeste Africano permanecer sob seu domínio, todavia o pedido foi negado pela organização. O caso, assim, foi levado ao Tribunal Internacional de Haia, que decidiu a favor do lado sul-africano. Apesar disso, os membros da AGNU (Assembleia Geral das Nações Unidas) ainda discordavam, mas a AGNU manteve essas medidas sancionatórias em caráter recomendatório. Vale mencionar que sanções diplomáticas também foram defendidas pela Orga-

nização da União Africana (OUA), que chegou a expulsar a África do Sul da organização na década de 1960. (BRANCO, 2003)

## O fim do Apartheid: fatores externos e internos

Adendo às intervenções militares sul-africanas, a política de segregação impulsionou o surgimento de movimentos contrários à ocupação sul-africana no Sudoeste do continente. Um dos mais notáveis atores nesse contexto foi o *South West People's Organization* (SWAPO) - organização derivada da antiga *Ovamboland People's Congress* -, fundada por Andimba Toivo ja Toivo em 1957 na Cidade do Cabo. Em suas raízes, a SWAPO tentou incorporar todas as organizações contrárias à presença sul-africana no Sudoeste Africano e, depois, em 1960, liderada por Sam Nujoma, passou a lutar em favor da libertação da Namíbia. Então, em 1961, a organização se militarizou com o intuito de iniciar uma luta armada contra a ocupação sul-africana. Em 1966 a SWAPO realizou seu primeiro ataque armado às forças sul-africanas presentes no norte da Namíbia. Ambos os movimentos foram se fortalecendo, de modo que em 1965 foram reconhecidos pela OUA como representantes legítimos da Namíbia, e, em 1973, pela ONU. (BRANCO, 2003)

Em 1980, o CSNU finalmente se posicionou propondo apenas o embargo de armamentos. “A própria Resolução 558 (1984) bem como as Resoluções 473 (1980), 566 (1985) e 569 (1985) recomendavam aos Estados a imposição de sanções voluntárias como reação à política do *apartheid*.” (BAUMBACH, 2014, p. 47- 48)

Além disso, a União Sul Africana se retirou da *Commonwealth* em 1961 em razão da pressão de outros Estados-membros (OTAVIO, 2013) e se tornou uma República. Em decorrência desse esforço alinhado com as sanções econômicas e, so-

11. Article 77- The trusteeship system shall apply to such territories in the following categories as may be placed thereunder by means of trusteeship agreements: a. territories now held under mandate; b. territories which may be detached from enemy states as a result of the Second World War; and c. territories voluntarily placed under the system by states responsible for their administration. (UNITED NATIONS, Chapter XII, 1948)

12. A URSS chegou a fazer parte da SDN por quase cinco anos, mas foi expulsa em 1939.

bretudo, diplomáticas de outros Estados, o governo buscou meios de se sustentar internamente.

Vale ressaltar, que em razão da Guerra Fria, a África do Sul conseguiu certa imparcialidade e afrouxamento das pressões dos Estados capitalistas para o fim do regime. Isso porque, a África do Sul combatia os ideais comunistas em seu território, conseguindo, portanto, apoio do Ocidente. Essa indiferença internacional em relação a esse governo deve-se aos interesses políticos e ideológicos.

A situação interna começou a se agravar em 1969, após estudantes negros serem severamente contidos em um protesto contra a obrigatoriedade do ensino do idioma *afrikaans*, levando a criação do movimento jovem de conscientização negra, que culminou em rebeliões conhecidas como Revoltas de Soweto. Tal evento impulsionou a criação de organizações defensoras da causa, como a *South African Students Organization* (SASO), e em 1972 a *Black People's Convention* (BPC). Na década de 1980, os movimentos contrários ao *Apartheid* se multiplicaram, com relatos de ataques aos prédios governamentais, estragos à linhas ferroviárias, indústrias e depósitos. A morte do líder da consciência negra Steve Biko em 1977 e as repressões violentas por parte do governo a tais movimentos tiveram repercussões mundiais, e incentivaram ainda mais o estabelecimento de sanções à África do Sul, como as proibições de vendas de armas estabelecidas pelo CSNU, como citado anteriormente. (BRAGA, 2011)

As primeiras consequências significativas para o fim do regime foram econômicas. As inúmeras greves de trabalhadores mestiços e negros, os massacres de Shaperville (1960) e do Soweto (1972) provocaram uma fuga de capitais e retração de investimentos estrangeiros (DANILEVICZ, 2010), de modo a gerar enormes custos políticos. Sem orçamento público para cumprir medidas segregacionistas, como o transporte de negros às etnias de origem e garantir o

emprego para essas populações no meio rural como forma de conter o êxodo para as cidades, aglomrou-se um enorme contingente de “sem-terras”. Sem mais saída, o governo declarou moratória da dívida em 1985. (VISENTINI, 2010)

Na tentativa de controlar o caos que se instalava, o governo Botha (1984-1989), pôs fim à Lei de Casamentos Mistos e à Lei da Imoralidade em abril de 1985. No ano seguinte, extinguiu a exigência do “documento de passe” (DANILEVICZ, 2010, p. 53-54) com o histórico dos negros e mestiços, ao mesmo tempo em que criou um único documento de identidade para todos os cidadãos. Essas concessões provocaram a cisão do Partido Nacional e foi vista com receio pela ONU e pelos vizinhos.

Diante do enfraquecimento do regime bipolar com ascensão dos EUA, as ideias humanistas se fortaleceram, pois passou-se a disseminar a noção de que o mundo estava unido em prol de uma causa maior, ou seja, a proteção universal dos direitos humanos (DANILEVICZ, 2010). Assim, no início dos anos 1980 o Partido Nacional se encontrava numa situação de isolamento político e econômico (tanto no âmbito nacional quanto internacional). Dessa forma, com o fim da Guerra Fria, apoiar o *Apartheid* na África do Sul não se tornava mais viável para os Estados capitalistas, ainda mais devido ao fato de que grande parte deles ratificaram tratados de direitos humanos.

Somente a partir de 1993, então, foi possível perceber os novos rumos da política interna e externa. E, embora essa mudança seja atribuída pela mídia em geral ao governo de Mandela, é preciso salientar que a transição democrática foi um processo que já ocorreu em meados dos anos 1980, sendo mais evidente durante a vigência do governo de De Klerk. Apesar de conservador, durante seu governo ele modificou algumas leis discriminatórias. Ele, por exemplo, validou os partidos banidos durante o regime racial, libertou presos políticos – como Nelson

Mandela –, em 1993 autorizou os negros a votarem nas eleições que seriam realizadas no próximo ano e propôs a formulação de uma nova Constituição em conjunto com a oposição. A principal meta do Partido Nacional era consubstanciar alguns projetos de cooperação com o Japão, o Irã, Brasil e Chile, sendo esta a motivação para uma lenta transição política. (VISENTINI; DANILEVICZ, 2010)

O fim do *Apartheid*, enfim, se deu na década de 1990, período conhecido como o início da “era da globalização”. Essa globalização, entendida enquanto “crescente interdependência entre os estados” (ALDEN; ARAN, p. 81), se expressa quando existe poder em jogo entre os Estados.

Nesse caso, vários fatores internos e externos acumularam-se e culminaram no fim do *Apartheid*. Em especial aos fatores externos - como as sanções econômicas, os embargos de armamentos, os direitos humanos -, catalisaram o abrandamento das leis segregacionistas. Esses efeitos intra e extra podem ser medidos em termos de sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade “está relacionada com o grau de capacidade de dar respostas em determinado contexto político - a rapidez com que as mudanças em um país podem gerar mudanças custosas para outro país” (KEOHANE; NYE, 2001, p.12, tradução nossa<sup>13</sup>). Até a Segunda Guerra Mundial, a economia era sustentada pela exportação de metais preciosos e pelo intenso fluxo de capital externo em forma de investimento direto, já que a mão-de-obra era barata (DANILEVICZ, 2010). No entanto, as inúmeras greves dos negros, os massacres de Sharperville (1960) e de Soweto (1972) provocaram uma fuga desses capitais e retraíram investimentos diretos.

Além disso, os custos políticos também se elevaram. Como previsto nas leis, ao governo vigente cabia providenciar o transporte de negros

às regiões de sua etnia correspondente, além de garantir emprego para essas populações no local designado, a fim de controlar o êxodo rural. Dessa forma, sem orçamento público, aglomerou-se um enorme contingente de refugiados e em 1985 o Estado declarou moratória da dívida externa. (DANILEVICZ; VISENTINI, 2010)

Ainda na década de 1990, no governo De Klerk, foi criada a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR), que tinha um importante papel na transição democrática da África do Sul. Essa comissão objetivava a convivência pacífica e a aceitação entre negros e brancos. Ela se constou no reconhecimento público das atrocidades cometidas durante o *Apartheid*, assim como na identificação de vítimas desse regime. Dessa forma, pretendia-se reconstruir a sociedade e traçar novos rumos para a história sul-africana. (FILIPE, s/d)

Os documentos legais da CVR foram elaborados em conjunto pelos partidos que durante o *apartheid* tinham ideologias opostas: a oposição negra, Congresso Nacional Africano (CNA) e os conservadores brancos do Partido Nacional (PN). Dessa forma, foram adicionadas à Constituição Provisória de 1993 várias seções relativas ao processo, além de várias outras leis, como a Lei de Promoção da Unidade Nacional e da Reconciliação nº 34 (1995). Esta última determinava três principais objetivos para a CVR: enunciar as graves violações aos direitos humanos cometidas no período de 1960 a 1994; facilitar a anistia àqueles que cometeram práticas abusivas durante o *apartheid*, pelo fato de ter exercido algum serviço público e prevenir novas violações. (FILIPE, s/d)

Esse abrandamento do regime segregacionista pode ser visto como uma vulnerabilidade do Estado, na concepção de Keohane. Essa vulnerabilidade “refere-se à disponibilidade relativa e o custo elevado das alternativas políticas que os atores enfrentam”, (KEOHANE; NYE, 2001, p. 12, tradução

13. Sensitivity involves degrees of responsiveness within a policy framework - how quickly do changes in one country bring costly changes in another...

nossa<sup>14</sup>), em outras palavras, é o custo de ajuste efetivo das alternativas políticas para lidar com os efeitos gerados pelo comportamento do outro. Dessa forma o regime do *Apartheid* fez com que a África do Sul fosse um ator internacional mais fraco nesse contexto bipolar, porque como pontua Nye (2009) um Estado possui uma vulnerabilidade maior quando há um alto “custo de escapar de um sistema ou de mudar as regras do jogo” (NYE, 2009, p. 255). Assim, coube ao governo da África do Sul cooperar, iniciando a transição democrática e parando de vez com a política externa intervencionista na região. Assim, a cooperação foi facilitada pela interdependência complexa.

## Referências

- ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. **Foreign Policy Analysis**. Londres: Routledge, 2012. p. 70-81
- BAUMBACH, Marcelo. Sanções contra a Rodésia do Sul e a África do Sul. In: BAUMBACH, Marcelo. **Sanções do Conselho de Segurança**. Direito Internacional e prática brasileira. Brasília, FUNAG, 2014. p.44-48. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1105-Sancoes-do-conselho-de-seguranca-direito-inter-e-pratica-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 23. jun. 2015
- BRAGA, Pablo de Rezende Saturino. O caso do Apartheid na África do Sul. In.: BRAGA, Pablo de Rezende Saturino. **A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do Sul**. Rio de Janeiro, 2011. Cap 3. p. 41-54 Disponível em: <[http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812654\\_10\\_cap\\_03.pdf](http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812654_10_cap_03.pdf)>. Acesso em: 30. mai. 2015
- BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A política externa sul-africana: do apartheid a Mandela**. 2003. Tese (doutorado) – Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Lisboa. Disponível em <<http://14minionuoua1981.files.wordpress.com/2013/09/a-polc3adtica-externa-sul-africana.pdf>> Acesso em: 15 de setembro de 2014.
- CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. 9. ed. Tradução: Roberto Catalgo Costa. São Paulo: Artmed Editora S.A., 2011. p. 612-634. Título original: World Politics Since 1945
- CORNEVIN, Marianne. **Apartheid, poder e falsificação histórica**. Tradução: Maria Cristina Rocha. Lisboa: Edições 70, 1979. p. 9-74. Título original: L' Apartheid: pouvoir et falsification historique
- DANILEVICZ, Analúcia P. A África do Sul independente: segregação, Apartheid, e transição pactuada. In.: VISENTINI, P. G. F. (Org.); PEREIRA, A. D. (Org.). **África do sul: história, estado e sociedade**. 1. ed. Brasília: FUNAG/MRE, 2010. v. 1., Cap. 2, p. 50-51
- DANILEVICZ, Analúcia P.; VISENTINI, Paulo Gonçalves F. A nova África do Sul: a política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In.: VISENTINI, P. G. F. (Org.); PEREIRA, A. D. (Org.). **África do Sul: história, estado e sociedade**. 1. ed. Brasília: FUNAG/MRE, 2010. v. 1., Cap. 3, p. 78-84
- FILHO, Pio Pena. **O Brasil e a África do Sul: o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000)**. Porto Alegre, FUNAG/MRE, 2008. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/439-Brasil\\_e\\_a\\_africa\\_do\\_Sul\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/439-Brasil_e_a_africa_do_Sul_O.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015
- FILIPPE, Ângela Marques. **O Processo de Reconciliação na África do Sul**. CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais, s/d. Disponível em <[http://www.dh-net.org.br/verdade/mundo/textos/ciari\\_africa\\_do\\_sul\\_processo\\_reconciliacao.pdf](http://www.dh-net.org.br/verdade/mundo/textos/ciari_africa_do_sul_processo_reconciliacao.pdf)> Acesso em: 20 de ago. 2015.
- GARCIA, Vargas E. **Liga das Nações**. [S.I.], s/d. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>> Acessado em 17 de ago. 2015
- KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph S.; Interdependence in world politics. In.: KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 3rd ed. [S.I.] Pearson Longman, 2001.
- NYE, Joseph. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009. pp. 3 – 85
- NYE, Joseph. **The Means to Success in World Politics**. Nova Iorque: Public Affairs, 2004. Capítulo I, pp. 1-32.
- OTAVIO, Anselmo. **A África do Sul pós-Apartheid: A inserção continental como prioridade da nova geopolítica mundial**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96685/000914643.pdf?sequence=1>> Acesso em: 22 jun. 2015
- THE COMMONWEALTH. **South Africa: History**. Londres, s/d. Disponível em <<http://thecommonwealth.org/our-member-countries/south-africa/history>> Acesso em 17 de ago. 2015.
- UNITED NATIONS. **Chapter XII: International Trusteeship System**. New York, [20--]. Disponível em <<http://www.un.org/en/documents/charter/chapter12.shtml>> Acesso em: 15 de ago. 2015

Recebido em: 22 de setembro de 2015  
Aprovado em: 31 de março de 2016

14. The vulnerability (...) rests on the relative availability and costliness of the alternatives that various actors face.



# Terrorismo: a contemporaneidade da trindade clausewitziana

*Terrorism: the contemporaneity of clausewitzian trinity*

André Mendes Pereira de Paula<sup>1</sup>

## **RESUMO**

*Clausewitz é um dos maiores pensadores da guerra e da estratégia. Dentre as ideias concebidas pelo militar alemão, destaca-se a “Trindade da Guerra”, conceito formado por três tendências dominantes, que agem como forças dentro da guerra e que estão sempre presentes nos conflitos, sendo eles: a violência primordial que liga os indivíduos a guerra e aumenta o impulso para a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade, que junto com a coragem e o talento, permeiam os combates, fazendo da guerra um ato imprevisível e, finalmente, a subordinação da guerra a política, que é um instrumento para que o Estado alcance seus objetivos. Contudo, persiste a dúvida se as teorias de Clausewitz permanecem relevantes nos dias atuais com o recrudescimento da globalização e da guerra assimétrica (terrorismo), uma vez que ficou enfraquecida a definição Vestfaliana de um Estado-nação e aumentou-se a participação de atores não estatais nos conflitos. Esse trabalho se baseou num estudo qualitativo, caracterizado por ser uma pesquisa do tipo aplicada, onde elencamos algumas interpretações da trindade de Clausewitz e buscamos verificar a contemporaneidade da mesma para o terrorismo. Por fim, a emergência do Estado Islâmico tornou o tema terrorismo novamente atual, uma vez que o terror é, cada vez mais, uma preocupação e uma ameaça a diversos governos do Ocidente.*

**Palavras-chave:** Terrorismo. Estratégia. Clausewitz. Trindade da Guerra

## **ABSTRACT**

*Clausewitz is one of the greatest thinkers of war and strategy. Among the ideas conceived by the German military, there is the “Trinity of War”, concept that consists of three dominant trends, which act as forces in the war and that are always present in the conflicts, namely: the primordial violence that connects individuals the war and increase the impetus for the fight against the enemy; the play of chance and probability, which along with the courage and the talent, permeate the fighting, making war an unpredictable act and finally the subordination of war to politics, which is an instrument for the state to achieve its goals. However, there is doubt whether the theories of Clausewitz remain relevant in the present day with the intensification of the globalization and the asymmetric warfare (terrorism), once it became weakened the Westphalian definition of a nation-state and was increased participation of non-state actors in the conflicts. This paper was based on a qualitative study, characterized as a search of the type applied, where we list some interpretations Clausewitz’s trinity and seek to verify the contemporaneity of the same to terrorism. Finally, the emergence of the Islamic State became the terrorism issue again today, since terror is increasingly a concern and a threat to several western governments.*

**Keywords:** Terrorism. Strategy. Clausewitz. Trinity of War

1. Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (2000), pós-graduação em Ciências Militares (Lato Sensu) pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2008), mestrado em Ciências Militares (Pós-graduação Universitária Stricto Sensu) pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2012) e Especialização em Bases geo-históricas para o Planejamento Estratégico (2013).

## Introdução

“A guerra é mais do que um mero camaleão que adapta suas características para cada situação” (BASSFORD, 2007, p. 77, tradução nossa).

O militar alemão Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) foi um dos maiores pensadores militares da história e sua obra “Da Guerra” teve papel fundamental no pensamento militar, sedimentando as bases da teoria da guerra.

Nesse aspecto, o então Coronel Colin Powell<sup>2</sup>, intrigado com a derrota norte-americano na Guerra do Vietnã, descreve o livro “Da Guerra” como sendo “um raio de luz vindo do passado e que ainda ilumina as perplexidades militares do presente” (STRACHAN, 2008, p. 8). Ou seja, Powell já demonstrava a importância da teoria secular de Clausewitz.

Beatrice Heuser, professora na universidade das Forças Armadas alemãs, comenta que ao desenvolver ainda mais sua noção de guerra em função de variáveis, a forma da guerra poderia ser determinada por uma trindade paradoxal<sup>3</sup>. O livro 1, a princípio a parte mais importante e completa da obra (tendo sido revisada), apresenta o auge das reflexões de Clausewitz (CLAUSEWITZ, 2006, p. xxvii).

No que tange a algumas das principais concepções contidas em “Da Guerra”, Carla Wrbieta Ferezin, mestre em ciência política pela UFSCar, aponta que podemos citar as seguintes: a guerra como a continuação da política de Estado por outros meios; a diferença entre guerra real e guerra absoluta; a inserção das forças morais e valores

subjetivos como essenciais na condução das guerras; “o relativismo histórico, indicando que cada período tem o seu próprio tipo de guerra e as circunstâncias restritivas adequadas à conjuntura histórica” e a “Trindade da Guerra” (FEREZIN, 2013, p. 106).

Nas últimas décadas, Carl von Clausewitz, antes considerado um pensador inquestionável da teoria da guerra, e sua obra literária passaram a serem alvos dos críticos, tendo em vista as mudanças na guerra no século XXI.

Esses críticos afirmam que os escritos de Clausewitz não se aplicariam mais como uma teoria universal no clima da guerra assimétrica atual<sup>4</sup> (DAASE; SCHINDLER, 2009).

Nesse diapasão, o presente artigo visa verificar a aplicabilidade da trindade clausewitziana junto ao “terrorismo”, se justificando pela recente emergência do Estado Islâmico e pelo motivo de “Da Guerra” ser um clássico, que gera ainda hoje grandes discussões sobre sua contemporaneidade.

Esse trabalho foi baseado num estudo qualitativo, caracterizado por ser uma pesquisa do tipo aplicada (geradora de conhecimento para aplicação prática), compreendendo uma revisão de literatura, com a finalidade de detectar conceitos-chaves e melhorar o entendimento dos dados. Além disso, quanto aos procedimentos técnicos, foi empregada uma pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento, aplicando o método indutivo.

Em seguida, o artigo foi organizado da seguinte forma: após a introdução, segue-se a seção que cabe ao desenvolvimento da pesquisa que foi dividida na análise do terrorismo, da trindade da guerra e da obsolescência ou contemporaneidade da mesma, finalizando com breves considerações finais.

2. Colin Powell é um General da reserva do exército norte-americano e o 65º Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, sendo um ator de destaque no planejamento da operação Tempestade no Deserto (Guerra no Golfo), em 1990, e no estabelecimento da Guerra ao Terror, após o 11 de setembro de 2001.

3. Bassford não acredita que “paradoxal” seja a melhor tradução para *wunderliche*, ficando melhor a palavra “fascinante” (BASSFORD, 2007, p. 79).

4. Um conflito armado cuja as Forças Armadas convencionais, que usa meios regulares, enfrentam uma força não convencional que usa medidas irregulares (VAN; VERWIJ, 2009, p. 15).

## Desenvolvimento

Inicialmente, constata-se a necessidade de estudarmos a assimetria dos conflitos atuais, que acabam por englobar o terrorismo.

A doutrina do exército dos Estados Unidos da América (EUA) estabelece a insurgência como sendo um grupo político armado que emprega a subversão e o embate com fins de destituir um governo formado (CASSIDY, 2006, p. 12).

Os conflitos assimétricos parecem ter ganhado grande evidência atualmente, embora a expressão exista desde de 1974. Nesses conflitos, destaca-se as “pequenas guerras”, que não são conflitos convencionais, nem interestatais, mas sim, conflitos de baixa intensidade e operações de paz, onde o sucesso não é necessariamente garantido pela superioridade militar. Pode-se verificar seis paradoxos que caracterizam tais conflitos, que estão exemplificados na Tabela 1 (CASSIDY, 2006, p. 23).

Dessa forma, um paradoxo estratégico emerge quando um poder militar incontestavelmente superior, dispondo de meios ilimitados com objetivos limitados, enfrenta um adversário inferior, que apesar de possuir meios limitados almeja alcançar objetivos ilimitados. Nesse contexto, a partir de 2001, os EUA iniciaram os combates contra a *Al-Qaeda*, acarretando a chamada “Guerra ao Terror”, definição um pouco limitada do inimigo, uma vez que um dos ensinamentos mais importantes de Clausewitz é a concepção precisa sobre o tipo de guerra que se está atuando. No caso, o conflito em tela se aproxima mais de uma “insurgência mundial travada contra o sistema de Estados vestefaliano” (CASSIDY, 2006, p. 11, tradução nossa).

Cabe ressaltar que a globalização e a tecnologia presentes na chamada “Era da Informação” possibilitarão o fomento cada vez maior da interconexão entre grupos insurgentes com estratégias e comandos distintos, mas com objetivos e mentali-

dade unificadores. Esse fato pode tornar tais grupos menos eficazes na tomada do poder ou no alcance de objetivos políticos, porém mais resistente as operações de forças estatais (CASSIDY, 2006, p. 13).

“A guerra contra o radicalismo islâmico é uma guerra de guerrilha<sup>5</sup>: não empreendida dentro de um Estado, mas por meio dos Estados. Cada ato de guerrilha insurgente se destina a provocar uma reação desproporcional que, conseqüentemente, aumentará o apoio popular da guerrilha dentro da comunidade islâmica” (CASSIDY, 2006, p. 14, tradução nossa).

## Terrorismo

O estudo da guerra convencional mobilizou as ciências militares durante os 30 anos posteriores ao final da Guerra do Vietnã. Porém, a partir do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, a contra-insurgência se tornou um tema recorrente nos estudos militares (CASTRO, 2007, p. 70).

João Paulo Duarte, doutor em ciência política pela PUC, aponta que, a partir do evento supra-mencionado, o terrorismo se tornou uma espécie de “fantasma”, na mente das pessoas, se convertendo em assunto recorrente, principalmente quando visto concretamente (DUARTE, 2014, p. 9).

Importante destacar que a definição sobre terrorismo depende fundamentalmente dos interesses envolvidos. Mesmo nos EUA, não existe consenso entre o Código Civil, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e o Departamento de Estado, embora os dois primeiros pareçam destacar o aspecto ilegal e ilegítimo do ato. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) não tece comentários sobre a questão da legalidade do ato, mas enfatiza o fato de ser uma ação perpetrada contra civis com a finalidade de atingir objetivos políticos (DUARTE, 2014, p.

5. “A guerra de guerrilha é a arma mais poderosa dos muçulmanos e é o melhor método para continuar o conflito com o cruzados inimigos” (*AL-QAEDA* apud CASSIDY, 2006, p. 12, tradução nossa).

Tabela 1 Os Paradoxos dos Conflitos Assimétricos

Natureza do Paradoxo	Oponente Superior	Oponente Inferior
Objetivos estratégicos	Limitado	Ilimitado
Meios estratégicos	Ilimitado	Limitado
Tecnologia/armamento	Superior	Inferior
Vontade/Coesão interna	Condicional	Incondicional
Tolerância a casualidade	Baixo	Alto
Abordagem Militar	Direta /Clausewitzina	Indireta/Maoísta

Fonte: CASSIDY, 2006, p. 23, tradução nossa

12–13). Essa dificuldade de definição reflete a complexidade do tema em si.

Uwe Steinhoff, professor da Universidade de Hong Kong, traz uma boa definição sobre o terrorismo:

“Terrorism is the strategy of intimidating or impressing others than the immediate victims or targets of violence by the repeated threat, made credible by corresponding acts, of the repeated killing or severe harming of innocents or the repeated destruction or severe harming of their property. Terrorist acts are such severe attacks on innocents or their property which constitute part of such a strategy” (STEINHOFF, 2007, p. 5).

Em apertada síntese, o terrorismo, de maneira geral, seria uma ação violenta contra civis ou suas propriedades, visando objetivos políticos.

David C. Rapoport, professor emérito da universidade da Califórnia e *expert* em terrorismo, estabelece quatro ondas históricas do terrorismo, havendo um período relativamente equivalente entre as mesmas, sendo elas: a onda dos movimentos anarquistas, a onda anticolonialistas, a onda da esquerda e a onda religiosa (RAPOPORT, 2002).

Inserida na Quarta Onda, temos como um dos principais grupos terroristas da atualidade, a *Al-Qaeda*, organizada em 1998, possui quatro dife-

6. O terrorismo é a estratégia de intimidar ou impressionar os outros por meio de ameaças repetidas a vítimas ou outros alvos de violência, feitas por atos como assassinatos contra inocentes ou prejuízos graves contra suas propriedades. Os atos terroristas são ataques graves sobre inocentes ou seus bens, constituindo parte de uma estratégia [tradução nossa].

rentes estruturas para promover sua *Jihad* contra os chamados infieis do Ocidente: primeiro, a estrutura piramidal de comando que estabelece como alcançar seu objetivo; a segunda, formada pela rede de terroristas transnacionais; a terceira, composta pela guerrilha no Afeganistão; e por último, a aliança existente entre os insurgentes de diversos países e as redes terroristas (CASTRO, 2007, p. 70; DUARTE, 2014, p. 45)

Com a finalidade de destruir essa estrutura, os EUA estabeleceram uma longa operação, visando capturar Osama bin Laden<sup>7</sup>, destruir o aparato dessa organização e um revide contra essas forças que haviam obtido capacidade de agir globalmente (DUARTE, 2014).

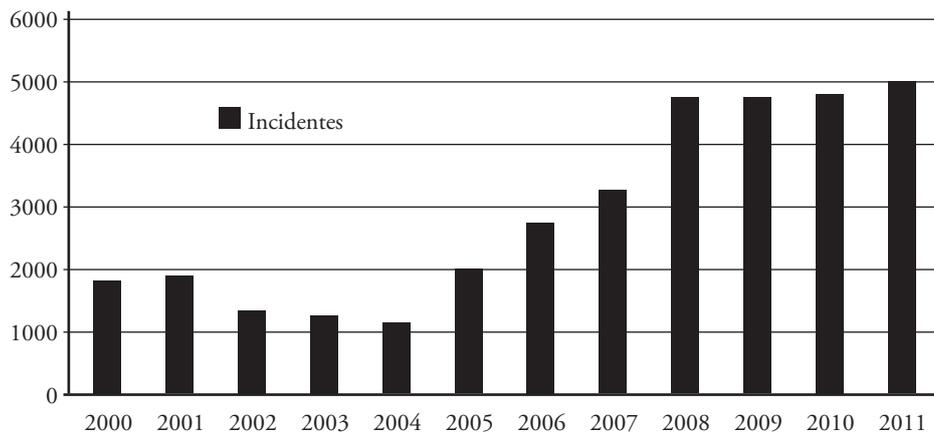
Vale destacar que essa nova emergência do terror fundamentalista como forma de luta mudou a tônica convencional da guerra, na qual se verifica a atuação transterritorial de forças não estatais e descentralizadas (PASSETTI, 2007 apud DUARTE, 2014, p. 11).

Outra questão de grande importância é a ascensão do Estado Islâmico no Oriente Médio e a grande preocupação que sua expansão vem causando principalmente no mundo ocidental.

Loretta Napoleoni, doutora pela *London School of Economics* e expert em terrorismo, relata que, em 2013, o Estado Islâmico do Iraque (EII, ou ISIS, na sigla em inglês) se fundiu com membros da

7. Líder terrorista responsável pelo ataque às Torres Gêmeas.

Figura 1. Incidência de terrorismo no mundo entre 2000 e 2011



Fonte: STEPANOVA, 2011, p. 128

*al-Nusra* (considerada uma *Al-Qaeda* Síria), dando origem ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante (al-Sham ou EIIL), visando a criação de um Estado Islâmico na Síria e focado na conquista de territórios (NAPOLEONI, 2015, p. 40–41).

Nos últimos três anos, o EIIL obteve sucesso em desafiar as maiores potências mundiais, propiciando condições de alcançar a reconstrução do Califado. Esse fato é possível pela capacidade de obter e administrar vastos recursos financeiros, por meio de campos petrolíferos, usinas de energia e cobrança de impostos, dentre outros (NAPOLEONI, 2015, p. 26 e 119).

Nessa seara, segundo Cordersman (2015, p. 1 e 2), ocorreu um aumento de 58% no número de grupos salafistas-jihadistas de 2010 até 2013, sendo que 99% dos ataques foram realizados contra alvos no Norte da África, no Oriente Médio e no Sul da Ásia.

Somando-se a isso, a expansão do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) ocorreu concomitantemente com o aumento do terrorismo no Iraque em 2014, elevando o número de ataques no país de 400 para 950, “representando 96% de todos os ataques de autoria identificada” (CORDESMAN, 2015, p. 4, tradução nossa). Percebe-se, portanto, que o terrorismo apresenta um crescimento exponencial nos últimos anos.

A Figura 1 reforça essa ideia, ao demonstrar o aumento da incidência de ataques terroristas ocorrido na primeira década do século XXI.

Assim, esse novo terrorismo global ilustra a emergência de microestruturas globais, coordenadas e conectas que combinam o alcance em todo mundo e possuem algumas características, como estruturas institucionais leves, não estatais e com complexidade temporal<sup>8</sup> (CETINA, 2005, p. 214–215).

Tais características fundamentam as próximas linhas deste artigo, a fim de melhor estabelecer uma aplicabilidade deste novo terrorismo global com a teoria atemporal de Clausewitz.

### *A trindade da guerra*

A trindade da guerra é uma teoria formada por três tendências predominantes, presentes em todos os conflitos armados estabelecidos, “que agem como forças no interior da guerra”: a violência (um impulso para a combate); o jogo do acaso e da probabilidade (que dá a imprevisibilidade da guerra e a necessidade do talento do Comandante) e da subordinação, sendo um mero instrumento da política (CLAUSEWITZ, 2002, 2006, p. 30 e 31; FERZIN, 2013, p. 106).

8. A maior parte de seus elementos componentes e ações são limitadas no tempo (CETINA, 2005, p. 229).

## INTERPRETAÇÕES

Em 1981, o Capitão Harry Summers Jr., destacou a Trindade de Clausewitz, afirmando ser composta por exército, governo e povo, ao empregar a tradução de Howard e Paret do livro de Clausewitz (STRACHAN, 2008, p. 8).

Como abordado anteriormente, assim como Summers, o então Coronel Powell, surpreso com o hiato existente entre a sociedade e o Exército e buscando uma explicação para a derrota dos EUA na Guerra do Vietnã, concluiu o seguinte:

“A mais profunda lição de Clausewitz para minha profissão foi a de que o soldado, apesar de todo o seu patriotismo, coragem e habilidade, representa apenas uma perna de uma tríade. Se as três pernas não estiverem empenhadas – as **forças armadas**, o **governo** e o **povo** –, o empreendimento não pode se sustentar” ( POWELL, 1995 apud STRACHAN, 2008, p. 8, grifo nosso).

Com isso, a ideia sobre a definição da trindade da guerra ser formada por exército, governo e povo, se tornava cada vez mais sedimentada na mente dos estudiosos militares.

Entretanto, Christopher Bassford, um historiador militar norte-americano, aponta que a tradução de Howard e Paret na seção 28, do capítulo 1, do Livro I foi equivocada (BASSFORD, 2007, p. 76). Os supramencionados pesquisadores buscaram traduzir esse trecho interpretando segundo o contexto da obra e não traduzindo cada palavra da mesma forma, ou seja, literalmente (STRACHAN, 2008, p. 103).

Portanto, verifica-se que a obra de Clausewitz está sempre em discussão e análise, uma vez que insere-se num constante esforço intelectual dialético, ficando longe de ser um trabalho simplista de fácil interpretação.

Bassford (2007, p. 76) reflete uma tradução alternativa com base em uma comparação das principais traduções do alemão para o inglês (três no total). Ressalta-se, porém, que cabe o debate nessa

argumentação, uma vez que nas ciências sociais não existem fórmulas irrefutáveis e uma teoria é algo que gera sempre discussão.

Sendo assim, Howard e Paret traduziram o trecho que concerne ao caso em tela da seguinte forma:

“War is more than a **true** chameleon that slightly adapts its characteristics to the given case. As a total phenomenon its dominant tendencies always make war a **paradoxical trinity**—composed of primordial violence, hatred, and enmity, which are to be regarded as a blind natural force; of the play of chance and probability within which the creative spirit is free to roam; and of its element of subordination, as an instrument of **policy**, which makes it subject to reason **alone**.

The first of these three aspects mainly concerns the people; the second the commander and his army; the third the government.

(...)

Our task therefore is to develop a theory **that maintains a balance between** these three tendencies, **like an object suspended between three magnets**.

What lines might best be followed to achieve this difficult task will be explored in the book on the theory of war [Book Two]. At any rate, **the preliminary concept of war which we have formulated casts a first ray of light on the basic structure of theory, and enables us to make an initial differentiation and identification of its major components**<sup>9</sup> (CLAUSEWITZ, 2006, p. 30, grifo nosso).

9. A guerra é mais do que um **verdadeiro** camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação. Como um fenômeno total, as suas tendências predominantes sempre tornam a guerra uma **trindade paradoxal** - composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e do seu elemento de subordinação, como um instrumento da **política**, que a torna sujeita apenas à razão. O primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente às pessoas; o segundo ao comandante e ao seu exército; o terceiro ao governo. (...). A nossa tarefa é, portanto, elaborar uma teoria **que mantenha um equilíbrio** entre estas três tendências, **como um objeto suspenso entre três ímãs**. No livro sobre a teoria de guerra [Livro Dois] será verificado quais são os melhores caminhos a seguir para realizar essa difícil tarefa. De qualquer maneira, **o conceito preliminar de guerra que formulei lança um primeiro raio de luz sobre a estrutura básica da teoria e permite que estabeleçamos uma diferenciação e uma identificação iniciais dos seus principais componentes** [tradução nossa].

Para Bassford, a tradução deveria ser a seguinte:

“War is thus more than a **mere** chameleon, **because it changes its nature to some extent in each concrete case**. It is also, however, when it is regarded as a whole and in relation to the tendencies that dominate within it, **a fascinating trinity** – composed of primordial violence, hatred, and enmity, which are to be regarded as a blind natural force; the play of chance and probability, within which the creative spirit is free to roam; and its element of subordination, as an instrument of **policy**, which makes it subject to **pure** reason.

The first of these three aspects concerns more the people; the second, more the commander and his army; the third, more the government.

(...)

The task, therefore, is to keep our theory [of war] **floating among** these three tendencies, **as among three points of attraction**.

What lines might best be followed to achieve this difficult task will be explored in the book on the theory of war [i.e. Book II]. In any case, **the conception of war defined here will be the first ray of light into the fundamental structure of theory, which first sorts out the major components and allows us to distinguish them from one another**<sup>10</sup>” (BASSFORD, 2007, p. 77, grifo nosso).

Portanto, Bassford (2007, p. 77 e 78) afirma que a guerra é mais do que um mero “camaleão”

10. A guerra é, portanto, mais do que um **mero** camaleão, **porque muda a sua natureza, em certa medida, em cada caso concreto**. A guerra também é, quando considerada como um todo e em relação às tendências dominantes em seu interior, uma **fascinante trindade** – composta de violência primordial, ódio e inimizade, que devem ser considerados como uma força natural cega; o jogo do acaso e da probabilidade, dentro do qual o espírito criativo é livre para vagar; e seu elemento de subordinação, como um instrumento da **política**, o que o torna sujeito a **pura** razão. O primeiro destes três aspectos concerne mais as **pessoas**; a segunda, mais ao comandante e seu exército; o terceiro, mais ao governo (...). A tarefa, portanto, é manter a nossa teoria [da guerra] que flutua entre essas três tendências, como entre os três pontos de atração. Que linhas podem melhor serem seguidas para alcançar essa difícil tarefa, será explorada no livro sobre a teoria da guerra [ou seja, Livro II]. Em qualquer caso, **a concepção de guerra aqui definido será o primeiro raio de luz na estrutura fundamental da teoria, que primeiro classifica os principais componentes e nos permite distingui-los um do outro** [tradução nossa].

(metáfora usada por Clausewitz, mas um termo ainda insuficiente para conceituar a guerra), pois muda sua natureza de forma profunda de acordo com as circunstâncias encontradas no ambiente. Além disso, Strachan (2008, p. 175) relata que a trindade seria algo como maravilhosa (fascinante para Bassford), ou seja, algo muito mais abrangente.

Nesse ponto, percebe-se que a guerra não tem uma forma estanque e imutável, podendo sofrer evoluções de acordo com a situação vigente.

O fato é que o exército, o povo e o governo, constante no 3º parágrafo da seção 28, não definem a trindade, mas ilustram tão somente um conjunto secundário de elementos que foram supervalorizados, tendo em vista a importância deles na derrota americana na Indochina (BASSFORD, 2007, p. 80). Colin Powell e outros norte-americanos também foram atraídos pelos mesmo elementos (STRACHAN, 2008, p. 175). Dessa forma, por algum tempo, a trindade secundária (formada por substantivos) acabou se descolando da trindade primária (formada por palavras abstratas).

Destarte, as tendências dominantes da guerra seriam compostas pela:

“(1) violência primordial, ódio e inimizade, que devem ser considerados como uma força natural e cega; (2) o jogo do acaso e da probabilidade, dentro do qual o espírito criativo é livre para vagar; e (3) seu elemento de subordinação, como instrumento de política, o que o faz sujeito somente a razão” (BASSFORD, 2007, p. 77, tradução nossa).

Enquanto, “o primeiro desses três aspectos diz respeito mais as **pessoas**; o segundo, mais ao **comandante** e seu **exército**; o terceiro, mais ao **governo**” (BASSFORD, 2007, p. 77, tradução nossa, grifo nosso). Deste modo, essa trindade secundária é formada por atores que recebem influência direta da trindade primária na medida em que esta se manifesta.

Ao substituir a tradução de *mehr* pela palavra “principalmente” (que Bassford traduz como

“mais”), Howard e Paret atrela esses atores humanos (governo, povo e exército) aos elementos da trindade, sendo que na verdade cada um dos componentes da trindade primária afeta todos esses atores numa extensão variável (BASSFORD, 2007, p. 81). Tal entendimento, é reforçado pela obra, já que em nenhum momento Clausewitz limita essa influência entre a trindade primária e a secundária.

#### CRÍTICAS AO CONCEITO DE TRINDADE

Para John Keegan e para Martin van Creveld, pensadores contemporâneos de Clausewitz, o conceito entendido como o da trindade da guerra, caracterizada pelo governo, pelo exército e pelo povo, seriam irrelevantes (KEEGAN, 1993; VAN CREVELD, 1991, *apud* KALDOR, 2010, p. 276).

Para Martin van Creveld<sup>11</sup> e Mary Kaldor<sup>12</sup>, a maioria dos conflitos ocorridos a partir de 1990 (as chamadas “novas guerras”) se davam entre atores não estatais e, portanto, não caracterizavam uma subordinação da guerra à política (STRACHAN, 2008, p. 12). Essa lógica estaria fundamentada no argumento de que apenas Estados exercem a “*policiy*”<sup>13</sup>.

Ambos os autores pregam que a teoria de Clausewitz foi superada, pelo menos em dois aspectos principais, sejam eles: a guerra não é mais um fenômeno da política interestatal e cada vez mais existe a possibilidade de que aconteça conflitos sem o controle do Estado (vide a ascensão do Estado Islâmico). Além disso, as guerras do século XXI não mais refletiriam, na sua dinâmica interna, a “Trindade Clausewitziana”, seja pela inserção de novas tecnologias bélicas (nuclear) ou por não serem mais empreendidas por um povo, um exército e um governo (SILVA, 2003, p. 147; STRACHAN, 2008, p. 12).

Outros teóricos e estrategistas, tais como John Keegan caracterizam Clausewitz e suas teorias da

guerra como arcaicas e de pouco valor para o estudo da Guerra Moderna, especificamente ao tentar aplicá-las as insurgências<sup>14</sup>, tais como a *Al-Qaeda* e o Estado Islâmico. Sendo a obra “Da Guerra” focado no modelo de Vestefália, os escritos de Clausewitz não seriam aplicáveis às insurgências nem se aplicariam a guerra travada por identidades que não sejam Estados-nações (PAPAJ, 2008, p. 1–3).

Vale salientar que John Keegan e Martin van Creveld questionam até que ponto a análise de Clausewitz é significativa, uma vez que, dentro de Estados falidos, as distinções entre o governo, as pessoas e o exército podem ser difíceis de identificar (ANGSTROM, 2005, p. 5).

Creveld argumenta:

“(…) onde não existe Estado, a divisão tripla para o governo, o exército, e as pessoas não existe da mesma forma. Também não seria correto dizer que, em tais sociedades, a guerra é feita pelos governos usando exércitos para fazer guerra à custa do povo ou em nome do mesmo” (ANGSTROM, 2005, p. 5, tradução nossa).

Até o presente momento, verifica-se que as críticas à teoria de Clausewitz estão focadas numa interpretação equivocada da trindade da guerra, ou seja, a inexistência de um governo ou de um exército convencional nos conflitos atuais estaria refutando as bases dessa teoria, o que veremos mais à frente como sendo um engano.

#### *Contemporaneidade ou obsolescência?*

Clausewitz tinha o entendimento da emergência de “novas guerras”, já que a natureza da guerra (metáfora do camaleão) apontava que seus três componentes dominantes, podiam se modificar radicalmente (STRACHAN, 2008, p. 186).

O livro “Da Guerra”, não é um “manual de instruções”, que fornece um guia prático ou um

11. Autor do livro *The Transformation of War* de 1991.

12. Autora do livro *New and Old Wars* de 1999.

13. Política pública.

14. A insurreição é um movimento armado que objetiva a derrubada de um governo constituído ou a separação deste, incorporando diversos componentes assimétricos ao conflito (CASSIDY, 2006, p. 12; CASTRO, 2007, p. 72).

constructo rígido para os chefes militares, ou seja, a teoria não deve entrar em conflito com a realidade, devendo “ser essencialmente descritiva da guerra, mas nunca prescritiva da ação” (BASSFORD, 1994, p. 11, tradução nossa).

Destarte, o militar alemão buscava, por meio da dialética, nortear os líderes militares para a complexidade da guerra, sem se preocupar com amarras fixas e conceitos imutáveis. Se fosse vivo hoje em dia, provavelmente o filósofo alemão não estabeleceria uma fórmula cartesiana para definir suas ideias.

Deste modo, nessa subseção analisaremos as determinantes da trindade uma a uma, de forma a verificarmos a contemporaneidade ou obsolescência de sua teoria.

#### A VIOLÊNCIA PRIMORDIAL

Com relação a trindade, o primeiro elemento é a violência primordial, em que Clausewitz se refere a uma emoção violenta e não uma violência física (que pode emergir de qualquer um dos elementos). Assim, essa emoção seria uma força motivadora por trás da guerra, que influenciaria o formato da mesma (BASSFORD, 2007, p. 82).

Outrossim, as mudanças da guerra presentes na conhecida metáfora do camaleão (diferentemente da alteração apenas externa de sua pele), se estabelece no interior da mesma, envolvendo o mínimo de violência, num determinado momento, e podendo ocorrer rapidamente uma escalada da violência em outro instante (ECHEVERRIA, 2007, p. 203).

A emoção (violência) e a razão (política), ambas produtos da mente humana e ligadas diretamente entre si, são fontes internas de nossos desejos e, portanto, os objetivos políticos de determinado ator sempre terão a presença de ambos (BASSFORD, 2007, p. 88–89).

Dessa maneira, conclui-se parcialmente que a violência primordial permanece como uma deter-

minante nos conflitos ligados ao terrorismo, uma vez que o mesmo é sempre carregado de grande fator emocional (extremismo islâmico e comoção da sociedade). Foi esse fator que impeliu aos EUA, após o ataque as Torres Gêmeas, a empreender uma Guerra no Afeganistão e no Iraque e que move, ainda hoje, os terroristas a realizar ataques suicidas em diversas partes do mundo, ambos buscando alcançar um objetivo específico e motivados por uma “violenta emoção”.

#### O JOGO DO ACASO E DA PROBABILIDADE

Para Bassford (2007, p. 88 e 89), o “acaso” (arbitrário e incalculável) e a “probabilidade” (algo que pode acontecer) são elementos distintos entre si e externos as emoções humanas, que representam a realidade concreta com que os atores lidam na guerra, ou seja, o mundo físico, tais como as montanhas, as condições meteorológicas, a demografia, entre outros, bem como o mundo abstrato: as personalidades, as capacidades, os recursos e a vontade, que influem nos inimigos e nos aliados.

Em suma, jogo do acaso e da probabilidade moldam fatores concretos presentes nas forças militares como o efetivo, o alcance operativo, o tempo, dentre outros, gerando reflexos na condução militar da guerra e exigindo atributos pessoais (coragem e criatividade) por parte dos comandantes militares (BASSFORD, 2007, p. 90).

Infere-se parcialmente que esse elemento da trindade está presente no combate ao terrorismo, tendo em vista a presença da arbitrariedade e da imprevisibilidade nos alvos e nos efeitos dos ataques terroristas, além da necessidade de se avaliar a probabilidade de ação de uma Força Oponente, como a ocorrência de um incidente terrorista.

#### A SUBORDINAÇÃO DA GUERRA À POLÍTICA

Bassford (2007, p. 83, tradução nossa) também aborda que a instrumentalidade da guerra pela

política possui questões críticas, como “a maneira como e até que ponto a guerra é subordinada a razão; o significado da palavra Politik [...] e a natureza desta ‘instrumentalidade’”.

Segundo o supramencionado autor, a definição de política é complexa, uma vez que se a política é sobre partidos e eleições; monarquias ou Estados de partido único não seriam política na concepção da palavra. Já se a política é feita entre Estados, então as guerras travada por atores não estatais, como o conflito armado contra a Al-Qaeda, não seriam uma “continuação da política” (BASSFORD, 2007, p. 83). Assim, esse pensamento limitaria sobremaneira o conceito empreendido pela trindade de Clausewitz.

Michael Howard, durante uma conferência sobre Clausewitz, relatou que ele e Paret foram tendenciosos na tradução da obra em favor da Policy, principalmente por causa da grandeza da palavra. Assim, a palavra Policy (política pública) seria realizado pelos Estados, ao passo que Politics<sup>15</sup> (política como atividade) seria um processo realizado por todos a todo momento, mas de maneira mais intensa por políticos (BASSFORD, 2007, p. 83–84).

Nesse ponto, Bassford indica que ambas as definições estão preocupadas com o poder, seja material (como econômico), físico (como armas e tropas) ou psicológico (como religião e prestígio). Além disso, a Politics (política como atividade) é um processo de grande variabilidade pelo qual o poder é distribuído em qualquer sociedade: família, ordem religiosa, tribos, Estado, etc. Já a Policy é unilateral e racional, sendo um esforço para se alcançar determinado objetivo. A distinção fundamental entre a Politics e a Policy reside nessa interatividade, ou seja, Politics é um fenômeno multilateral, enquanto a Policy é o fenômeno unilateral de Politics (BASSFORD, 2007, p. 84–85).

Em síntese, a Policy estabelece diretrizes com uma abordagem top-down sobre o que fazer para seus órgãos subalternos, enquanto a Politics se articula entre esses órgãos e seus atores.

Porém, ao analisar o contexto do livro VIII, no capítulo 6B, verifica-se que o conceito de Policy possui um caráter também multilateral. Em outras palavras, a guerra seria “um instrumento multilateral e interativo da Politics” (BASSFORD, 2007, p. 86, tradução nossa). Assim sendo, Clausewitz, dependendo do contexto existente, adotava dois sentidos distintos para a palavra Politik.

Ainda, segundo Kaldor (2010, p. 278) todas as guerras são a violência numa perspectiva política, sendo que as justificativas políticas permitem que as mortes em combate não sejam sinônimo de assassinato. Especificamente, os chamados “homens-bomba” se consideram soldados e não criminosos, uma vez que lutam por uma causa política. Sendo assim, dentro dessa concepção, as “Novas Guerras” visariam fins políticos e, portanto, podem ser vistas como uma forma de instrumentalidade da mesma.

Partindo das assertivas acima, conclui-se parcialmente que a subordinação da guerra à política possui aderência com o terrorismo e seus propósitos.

#### APLICABILIDADE DA TRINDADE

O pensamento de Clausewitz era de rara abertura e independência ao pensamento ora racionalista, ora romântico, presente no século XIX na Europa e a teoria da trindade é uma prova cabal disso (GHYCZY; OETINGER; BASSFORD, 2001, p. 78). Talvez por isso o pensador alemão tenha obtido tanto sucesso em sua obra.

A atemporalidade da teoria criado pelo filósofo alemão é fruto do equilíbrio de importância que foi dado tanto aos elementos racionais (com influência iluminista) e aos não racionais (presente na tradição romântica alemã) no estudo da guerra,

15. Bassford se refere de maneira negativa a essa política, tratando como se fosse realizada por homens de caráter duvidoso.

combinando o melhor dos dois mundos (GHYZY; OETINGER; BASSFORD, 2001, p. 78).

Para críticos como Martin van Creveld, em sua obra *The Transformation of War*, a presença de atores não estatais no pós-Guerra Fria não se enquadrava na teoria clausewitzina - a trindade (entendida como governo, exército e povo) seria, portanto, antiquada - contrariando o sistema vestefaliano de Estados (BASSFORD, 1994, p. 210).

Com relação ao fato da Guerra ao Terror ser feita em parte por elementos não estatais, Bassford (1994, p. 210) afirma que muito antes da paz de Vestefália, o Estado já existia e que grupos que representam possíveis proto-Estados estão presente nos conflitos atuais. O terrorismo não estatal sempre existiu na história da humanidade, sendo que a própria Prússia de Clausewitz foi um estado dinástico totalmente distinto do conceito convencional.

A globalização gerou mudanças na definição comum de Estado, demonstrando que a existência de atores não estatais não torna suas teorias irrelevantes (PAPAJ, 2008, p. 1, 2 e 3).

O fato de que a Al-Qaeda ou o Estado Islâmico serem agentes não estatais, não significa que os mesmos não persigam fins políticos e, portanto, não sejam atores políticos. Pelo contrário, na estratégia assimétrica os atores não estatais empregam táticas de terror frequentemente com uma finalidade política [grifo nosso].

A guerra apresenta dois aspectos distintos: a vitória militar (isto é, obter sucesso nos objetivos estratégicos) e o sucesso político (ou seja, a realização dos propósitos políticos). Sinteticamente, uma ação militar derrotada pode, mesmo assim, ser politicamente bem-sucedida. O terrorismo emprega justamente esse raciocínio: a ofensiva tática feita de forma estratégica para conduzir uma guerra defensiva, com a finalidade de obter uma vitória política (DAASE; SCHINDLER, 2009, p. 726).

Grosso modo, o terrorismo visa obrigar um governo a mudar sua política, por intermédio de um ator não estatal que emprega a violência contra civis, espalhando o terror entre o público (DAASE, 2007, p. 187). Em resumo, essa assertiva caracteriza a instrumentalidade da guerra pela política, o uso da violência primordial (física e emocional), bem como o jogo do acaso e da probabilidade para provocar o terror entre as pessoas, demonstrando a aplicabilidade da trindade junto ao terrorismo.

## Considerações finais

Com base na análise desenvolvida neste artigo, é possível estabelecer quatro considerações a respeito do texto. A primeira, diz respeito a interpretação equivocada dos elementos primários da Trindade por alguns estudiosos, fazendo com que a emergência de atores não estatais na guerra fosse considerada a prova da obsolescência das teorias de Clausewitz.

A segunda consideração se refere a violência primordial, fonte do ódio e da inimizade e puramente emocional, elemento que se encontra presente mais do que nunca no terrorismo, que usa como arma a “comoção social” e o extremismo.

Outra consideração é que o jogo do acaso e da probabilidade, ou seja, a imprevisibilidade, é um elemento onipresente no terrorismo, uma vez que sua tática psicológica é baseada na aleatoriedade dos alvos em questão.

Por último, mas não menos importante, as organizações terroristas como *Al-Qaeda* e principalmente o Estado Islâmico, visam a obtenção de propósitos políticos, subordinando a guerra à mesma, no seu sentido mais amplo. Assim, emprega meios irracionais para atingir metas racionais, isto é, instrumentaliza a guerra de forma racional para fins políticos.

Ademais, o fato da natureza da guerra ser mutável indica que esses elementos da trindade primá-

ria não são lineares no interior da guerra, influenciando de diferentes formas e intensidades no povo, no exército e no governo.

Em síntese, conclui-se que a Trindade da Guerra não só é aplicável ao terrorismo, mas também é contemporânea para o novo *modus operandis* da guerra empreendida pelo e contra o terror.

## REFERÊNCIAS

- ANGSTROM, J. Debating the nature of modern war. In: DUYVESTYEN, I.; ANGSTROM, J. (Eds.). . **Rethinking the Nature of War**. 1. ed. New York: Frank Cass, 2005. p. 260.
- BASSFORD, C. **Clausewitz in English The Reception of Clausewitz in Britain and America 1815-1945**. New York: Oxford University Press, 1994.
- BASSFORD, C. The Primacy of Policy and the “trinity” in Clausewitz’s Mature Thought. In: STRACHAN, H. E. W.; HERBERG-ROTHER, A. (Eds.). . **Clausewitz in the Twenty-first Century**. New York, 2007: [s.n.]. p. 74–90.
- CASSIDY, R. M. **Counterinsurgency and the Global War on Terror: Military Culture and Irregular War**. [s.l.] Praeger Security international Advisory Board, 2006.
- CASTRO, F. B. Os Conflitos assimétricos e a adequação das Forças Armadas. **PADECEME**, p. 70–78, 2007.
- CETINA, K. K. Complex Global Microstructures: The New Terrorist Societies. **Theory, Culture & Society**, v. 22, n. 5, p. 213–234, 2005.
- CLAUSEWITZ, C. **De la guerra**. [s.l.] Librodot.com, 2002.
- CLAUSEWITZ, C. **On war**. Translated ed. New York: Oxford University Press, 2006.
- CORDESMAN, A. H. BROAD PATTERNS IN GLOBAL TERRORISM IN 2014. **CSIS Center for Strategic & International Studies**, 2015.
- DAASE, C. Clausewitz and Small Wars. In: STRACHAN, H. E. W.; HERBERG-ROTHER, A. (Eds.). . **Clausewitz in the Twenty-first Century**. [s.l.] Oxford University Press, 2007.
- DAASE, C.; SCHINDLER, S. Clausewitz , Guerillakrieg und Terrorismus . Zur Aktualität einer missverstandenen Kriegstheorie. **Politische Vierteljahresschrift**, v. 50, n. 4, p. 701–731, 2009.
- DUARTE, J. P. **Terrorismo caos, controle e segurança**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Desatino, 2014.
- ECHEVERRIA, A. J. Clausewitz and the Nature of the War on Terror. In: STRACHAN, H.; HERBERG-ROTHER, A. (Eds.). . **Clausewitz in the Twenty-first Century**. [s.l.] Oxford University Press, 2007. p. 196–218.
- FEREZIN, C. C. W. Leituras de Clausewitz no Exército brasileiro: interpretações da trindade da guerra. **Revista de Ciência Política**, v. 22, p. 102–119, 2013.
- GHYCZY, T. VON; OETINGER, B. VON; BASSFORD, C. **Clausewitz on Strategy Inspiration and insight from a Master Strategist**. New York: John Wiley & Sons, 2001.
- KALDOR, M. Inconclusive Wars: Is Clausewitz Still Relevant in these Global Times? **Global Policy**, v. 1, n. 3, p. 271–281, 2010.
- NAPOLEONI, L. **A Fenix Islamita: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- PAPAJ, C. C. J. **Clausewitz and 21st Century Warfare** Carlisle, 2008.
- RAPOPORT, D. C. The Four Waves of Rebel Terror and September 11. **Anthropoetics** 8, v. 1, 2002.
- SILVA, C. E. M. V. **A transformação da guerra na passagem para o século XXI. Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewit**. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2003.
- STEINHOFF, U. **On the ethics of war and terrorism**. 1. ed. New York, 2007: [s.n.].
- STEPANOVA, E. Terrorism and Antiterrorism. In: KALDOR, M.; RANGELOV, I. (Eds.). . **The Handbook of Global Security Policy**. [s.l.] Wiley Blackwell, 2011. v. 25p. 419–25.
- STRACHAN, H. **Sobre a Guerra de Clausewitz [Uma Biografia]**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- VAN, B. T. A.; VERWIJ, D. E. M. **The Moral Dimension of Asymmetrical Warfare**. Boston: Martinus Nijhoff, 2009.

Recebido em: 25 de fevereiro de 2016

Aprovado em: 30 de abril de 2016



## El poder: una reseña desde las distintas tradiciones hasta la dimensión interméstica de los países periféricos

María Antonella Cabral<sup>1</sup>

Existen múltiples teorías que pretendieron explicar la complejidad del sistema internacional, aunque frecuentemente se recurre a enumerar las tradiciones que las agrupan, para obtener cierta simplicidad teórica, la que tiene como único fin dinamizar el análisis. Estas tradiciones marcaron un claro protagonismo en las Relaciones Internacionales y pueden ser clasificadas, siguiendo la teoría de Wight y posterior adecuación de Bull (1977) en: Hobbesiana, Kantiana y Grociana. La primera de ellas concibe al comportamiento internacional como libre de toda moral, y cuyo único reparo podría centrarse en la prudencia en torno a la concreción de los intereses propios. Por su parte, la tradición Kantiana enuncia que son los valores morales los que predominan en la relación, e inclusive aspira a la erradicación de los Estados conocidos en pos de una nueva estructura superior conformada por individuos de nacionalidades diferentes. Finalmente, la Grociana muestra una postura intermedia entre las esbozadas anteriormente, destacando que no existe diferencia completa ni identidad total de intereses entre los Estados, sino que estos se relacionan a través de actividades comerciales y/o sociales.

La noción de intermesticidad, por su parte, vincula las decisiones adoptadas por un gobierno tanto en su plano doméstico como en el externo. Debido a la pluralidad y heterogeneidad de los actores existentes en el sistema internacional, es preciso establecer que la misma será internalizada de manera distinta en un país central que en uno periférico por la visión de poder que cada uno de ellos ostenta.

Este artículo tiene como objetivo presentar, a partir de una breve reseña de la visión de poder de los distintos paradigmas dominantes de las relaciones internacionales, la vinculación existente entre la intermesticidad y la posición de los países periféricos.

---

1. Economista egresada con medalla de oro de la Universidad Nacional de Asunción (UNA). Cursó la Maestría en Relaciones Internacionales en la Universidad Nacional de La Plata en la República Argentina. Es docente universitaria e investigadora, tiene a su cargo la cátedra de Economía Internacional en la carrera de Economía (UNA).

## Realismo

Hablar de Relaciones Internacionales y no mencionar la incidencia de la escuela Realista sería una omisión inadmisibles, ya que la disciplina estuvo durante años sujeta a este paradigma. El mismo está fundado en una visión pesimista, la cual se basa en que por naturaleza los hombres, y por ende los Estados, conviven en un permanente conflicto. Hans Joachim Morgenthau, considerado por muchos como uno de los padres fundadores del Realismo Moderno, enuncia los seis principios que dan cimiento a esta escuela en su obra "Política entre las naciones". A través de estos postulados, estructura una concepción de la relación entre los Estados, a quienes considera como actores únicos y fundamentales, por ser quienes detentan el poder en el plano internacional. Esta primera definición nos conduce a plantearnos el siguiente interrogante ¿En qué sustenta Morgenthau su estatocentrismo? Según Vasquez (1998) se basa en que el Estado es el único actor digno de consideración en el sistema internacional, por su carácter político e histórico en la ostentación de poder. Ahora bien, que considera Morgenthau como poder? En primer lugar, lo refleja como un concepto transversal de la política exterior, desprendido de la ideología del gobernante en cuestión e intrínsecamente ligado con el del interés nacional, ajeno a un concepto de moral. El mismo teórico se refiere al poder en la relación entre el hombre que controla las acciones y que ejerce influencia sobre otros.

La aparición de los Estados, con su soberanía, refleja dos aspectos descriptos por el Realismo: la naturaleza anárquica de las relaciones internacionales y el permanente conflicto en el que se desarrollan. Según Sanhueza (2003) el Estado actúa, de acuerdo a lo definido por esta corriente, como un actor racional, autónomo y unitario. Estos rasgos están relacionados a la anarquía y el conflicto en el que se desarrollan y orientan, al tiempo, que los mismos minimicen ries-

gos y maximicen beneficios. La ausencia de autoridad motiva una encarnizada búsqueda del interés nacional propio, relacionado intrínsecamente con el poder, y distinto al de los demás Estados, quienes también lo buscan. Esto último conduce inequívocamente a un clima de conflicto en el plano internacional, el cual sólo puede ser mitigado mediante el "Equilibrio de poder", estado señalado por los clásicos como única estrategia para evitar la confrontación.

Esta concepción del "Equilibrio de poder" marca cómo puede existir un factor organizador central para las relaciones de poder de las naciones-estado, al tiempo que presupone que son estos mismos agentes quienes buscan resguardar su seguridad encontrando un contrapeso (DOUGHERTY, 1993). Raymond Aron, célebre sociólogo francés y autor de notables aportes a la disciplina, realizó un análisis pormenorizado de la configuración de las relaciones de poder, al que consideró en su carácter relacional, y cómo se pueden distinguir distintos "esquemas de equilibrio" dentro del "campo unificado" de las relaciones diplomáticas (Aguirre, 1993). Los esquemas de equilibrio, a los que se refiere, pueden ser identificados como multipolar y bipolar. A partir de estas definiciones estructura cómo el poder es administrado.

Según diversos autores, el "Equilibrio de poder" permitía que el sistema esté libre de hegemones, preservaba los elementos constitutivos del mismo, aseguraba la paz y la seguridad, entre otras cosas. Se infiere entonces, que cualquier miembro puede salir en su defensa y que éstos buscarán preservar su autonomía. Pese a las supuestas bondades de este estado, el interés nacional continuó prevaleciendo, lo que quebró el equilibrio. Cabe destacar que Morgenthau no compartía los beneficios que adjudicaban a esta situación y que el interés nacional no es un concepto inmutable.

Conforme se fue desarrollando el siglo XX y se presentaron distintas situaciones, el realismo fue

insuficiente para brindar respuestas a todas ellas. Fue entonces cuando surgió el Neorrealismo, o Realismo Estructural, de la mano de teóricos como por ejemplo Waltz y Gilpin. Esta nueva corriente tiene notorios puntos de tangencia con el realismo clásico, pero profundiza el análisis del mismo para adaptarlo al contexto posterior a la Guerra Fría. Waltz, coincide con Morgenthau en que los Estados del mundo conviven de forma anárquica en el plano internacional, pero va más lejos al utilizar el concepto de “La estructura del sistema internacional” explícitamente y la define en torno a tres elementos, válidos también para el ámbito interno, según Sodupe (2002, p. 32): 1. El principio con arreglo al cual se produce dicha organización; 2. La diferenciación de las unidades y especificación de sus funciones y; 3. La distribución de recursos o capacidades entre ellas.

Estos elementos serán notoriamente distintos conforme se refiera al plano doméstico o internacional. En el plano doméstico existe prelación entre las autoridades, lo cual no se evidencia en el plano internacional, al igual que la definición de funciones y la distribución de recursos y capacidades, lo que provoca que la regla sea el conflicto y la excepción esté marcada por las alianzas contra una amenaza común. A partir de esta conclusión, los neorrealistas afirman que “las instituciones son constitutivas más que regulativas” (Vargas Hernández 2009, p. 120).

Pese a la reformulación del realismo en neorrealismo permanecen las premisas fundamentales del realismo clásico, a saber: el Estado como actor principal, la anarquía como la característica de sistema y el poder como elemento de análisis. Sin embargo, en contraposición con el realismo, el neorrealismo analiza pormenorizadamente las características estructurales observadas en el sistema internacional antes de que las unidades que lo componen (Waltz, 1979). Además, hace uso de las teorías económicas liberales neoclásicas y, como

apunta la profesora Salomón (2002, p. 15), para Waltz “el sistema internacional funciona como un mercado interpuesto entre los actores económicos y los resultados que producen. Ello condiciona sus cálculos, su comportamiento y sus interacciones”. Esto permite observar el acercamiento entre el neorrealismo y el neoliberalismo.

## Visiones alternativas al realismo

Con la llegada de la década de los ‘60 y los cambios que se dieron en el plano internacional, el paradigma realista no fue lo suficientemente amplio para ofrecer una respuesta a la situación presentada. Mientras que continuaba su análisis centrado en el aspecto político-militar, el mundo comenzó a preocuparse por los acontecimientos económico-sociales que inciden en su quehacer cotidiano. La distensión entre EE.UU y la URSS, el proceso de descolonización y la crisis por el petróleo, corrieron el análisis hacia otros temas.

Surgen entonces la teoría transnacional y la teoría de la dependencia para ofrecer alternativas a los modelos hasta entonces formulados. Ambas se parecen en que están centradas en aspectos de baja política, pero desde enfoques disímiles. Los transnacionalistas se ocuparon de los problemas internacionales derivados de aspectos económicos, tecnológicos y culturales (DEL ARENAL, 2007) y sus ideas fueron respaldadas, en un inicio, por autores como Keohane, Nye, Maghroori y Kaiser, entre otros. Por su parte, los dependentistas consideraron el enfoque centro-periferia, en el cual las grandes potencias industrializadas forman el centro, y los países en vías de desarrollo conforman la periferia. Este paradigma contó con el aporte de un gran número de autores, entre los que se destacan varios latinoamericanos. Otra coincidencia entre ambas, es que dejan de lado el estatocentrismo propio del

realismo y consideran otros actores en su estudio. A partir de estos nuevos enfoques, la visión del poder también sufrió cambios.

## Transnacionalismo

Esta corriente nace con una marcada influencia liberal, ya que los transnacionalistas planteaban un marco internacional de cooperación y orden en el cual son los vínculos económicos y la tecnología, los aspectos que predominaban en la construcción de una Sociedad Global. El liberalismo es una ideología política de gran trayectoria, la cual estuvo desde sus inicios asociada con los derechos individuales a la vida, la libertad, la propiedad privada, y en muchos de los casos, con la democracia. Las ideas liberales tuvieron gran relevancia al finalizar la Primera Guerra Mundial.

Autores como Keohane y Nye, dos de los más destacados representantes de esta corriente, plantean que la “lucha por el poder” no es la única premisa válida la interpretación del sistema internacional, sino que los actores también pueden buscar cooperar entre sí, lo que da pie a que se eliminen las distinciones entre las cuestiones internas y externas, evidenciando una interdependencia a nivel internacional (DEL ARENAL, 2007). La dependencia mutua que suponen genera efectos y no un equilibrio, sino que por el contrario, esta asimetría le brinda un mayor poder negociador a unos que a otros, permitiéndoles controlar los recursos o tener el potencial de afectar a otros (KEOHANE; NYE, 1988).

Prosiguiendo con el análisis de Keohane y Nye, ellos mencionan que las interdependencias asimétricas son las fuentes de poder entre los actores y que existen dos dimensiones que lo reflejan: sensibilidad y vulnerabilidad. La primera está relacionada a la rapidez con que los cambios de un país pueden afectar a otro, suponiendo que el marco permanece invariado y teniendo en cuenta

que la misma puede ser social, política o económica. Sin embargo, la vulnerabilidad es considerada como una desventaja en la que se pagan costos que emanan de factores externos, pese a modificar sus políticas. De esto puede inferirse, que aunque ciertos países tengan el mismo nivel de sensibilidad, es la vulnerabilidad la que determina cuál es la posibilidad de adaptarse a las circunstancias, y por esto se constituye en un factor más decisivo que la sensibilidad para la determinación de la cuota de poder.

## Estructuralismo

Este enfoque nace a partir de las ideas de teóricos como Marx, Lenin y Bujarin, y centra su análisis en el impacto de la dominación de los países desarrollados sobre aquellos en vías de desarrollo. Plantea fundamentalmente que la fuente de poder es el dinero, los dominadores son los países centrales y los dominados los periféricos, al mismo tiempo que sitúa al sistema internacional, dominado por el capitalismo, como origen del subdesarrollo. La descolonización que se vivía en el mundo en las décadas de auge del Estructuralismo puso de relieve el tema “subdesarrollo” como un contrapuesto entre el norte y el sur.

Al igual que los transnacionalistas, deja de lado el estatocentrismo realista, considerando otros actores en el sistema internacional. Algunos de estos son el sistema capitalista y sus clases sociales, Estados, empresas, movimientos de liberación y otros. Cabe destacar que pese a admitir la existencia de otros actores, reconoce que el Estado tiene un rol primordial para regular el sistema. Por otro lado, el foco de atención se centra en el estudio de los orígenes, el funcionamiento y la naturaleza del sistema capitalista, al que considera como único sistema económico, y al que culpa de la falta de cooperación e integración y del subdesarrollo. Explica que sólo un cambio profundo del sistema económico podrá permitir que la

realidad, a su criterio profundamente pesimista, mejor. Aprecia que el conflicto es la constante, que la dominación del Norte sólo hace que el Sur se vuelva más dependiente y que la lucha de clases se profundice, al tiempo que la reconoce como un juego de suma cero donde no hay una demarcación clara de lo interno y lo externo. Autores como André Gunder Frank, Raúl Prebisch, Immanuel Wallerstein y Samir Amin le dan notoriedad a esta visión a partir de distintos esfuerzos teóricos.

Samir Amin (1999, p. 95) considera que la polarización se constituye “En el producto inmanente de la expansión mundial de un sistema que, por primera vez integra la misma lógica económica, la capitalista, al conjunto de los pueblos del planeta”. El citado autor menciona que el capitalismo ya apareció antes de la Revolución Industrial, pero que recién después de ella tomó la forma con el que lo conocemos y se cristalizaron los sistemas industriales, adquiriendo la forma de sistemas nacionales autocentrados, de manera paralela al Estado nacional burgués (AMIN, 1999).

## **Aproximaciones entre los distintos paradigmas dominantes**

A principios de los '80 tuvo lugar un acercamiento sin precedentes entre el transnacionalismo y el realismo, con sus formas neo, llegando incluso a fijar una agenda común. Esta aproximación se denominó síntesis neo-neo o Racionalismo. Por su parte, el enfoque reflectivista, compuesto por la teoría crítica, los postmodernismos y los feminismos, efectuó sendas críticas a estas teorías. El Constructivismo, considerado inicialmente como parte de las teorías Reflexivas, se alejó de las otras corrientes porque su programa de investigación está vinculado a las carencias percibidas en los enfoques tradicionales y no a una teoría acabada (SALOMÓN, 2002).

Wendt (1992) por su parte, afirma que el debate generado está relacionado con el cómo la estructura (anarquía y distribución de poder) y el proceso (interacción y aprendizaje) influye en la acción del Estado. Luego de la aproximación teórica realizada, se analizará el concepto desde una perspectiva intermística, en la que se considerará el carácter periférico que ostentan los países latinoamericanos.

## **El poder, los países periférico y la complejidad intermística**

El régimen político no puede ser divorciado de las formulaciones realizadas en el campo de la política exterior de un Estado (TINI, 2005). Uno de los reconocidos teóricos que se pronunció en el tema fue Putnam (1988), quien sostuvo que existe una interacción entre la política doméstica y la externa, y caracteriza a la misma como un juego de dos niveles en el cual el Gobierno interviene en ambos ejerciendo muchas veces lógicas disímiles. Considerando esto, debe tratar de que las decisiones que toma en el plano externo no le causen problemas hacia el interior; aquí entra a tallar otro concepto, el de “win sets”, que refleja esas decisiones que podrían adoptarse en el plano internacional sin reflejar oposición en el nivel doméstico. Siguiendo a Putnam, los gobiernos enfrentan dos frentes, pero aquí surge otro interrogante: cómo adoptan las decisiones los gobiernos?

La toma de decisiones representa para los gobiernos un difícil ejercicio al que se encuentran sometidos constantemente. Allison (1988) plantea cuáles son los modelos que se siguen para las decisiones gubernamentales y los enumera como: actor racional unificado, proceso organizacional y burocrático o gubernamental. El primero se refiere a que se decida teniendo en cuenta la alternativa que “encabeza todos los juegos posibles en orden de preferencia” (ALLISON, 1988, p. 30), reflejando fundamentalmente que las decisiones se toman

teniendo en cuenta los valores, las alternativas, consecuencias así como las proposiciones específicas. Por otro lado, el segundo también considera al actor racional unificado, pero como un conjunto de organizaciones independientes que tienen entre sí cierto vínculo funcional, y el tercero explica el comportamiento de los gobiernos mediante sus intereses políticos, los que hacen que se guíen por los juegos, no de acuerdo a los resultados.

Los dos últimos modelos enunciados anteriormente permiten inferir cierta pluralidad de actores, lo que refleja de alguna manera un sentido intermístico de la política exterior bajo esta perspectiva. Pero esta afirmación puede contrastar con la visión de poder que detallamos anteriormente. Para los realistas, por ejemplo, el gobierno formula su política exterior conforme a las oportunidades o limitaciones con las que cuenta en esa esfera, e ignora la influencia que puedan tener las variables de la política doméstica según lo afirmado por Lasagna (1995). No obstante, los realistas no son los únicos que ignoran el proceso de decisión interna como factor explicativo de la política exterior. Todas las teorías, que como ellos consideran sólo al sistema internacional, tienen dificultades para explicar el por qué del comportamiento de Estados que reaccionan de manera distinta en contextos externos similares.

Otra de las aristas a tener en cuenta, es que no todos los Estados ocupan la misma posición en el sistema internacional. Mientras Waltz (1979) se refería a ellos como unidades similares<sup>2</sup> defendía la anarquía del Sistema Internacional, en el que no existen diferencias de funciones sino de capacidades; existen otros, como Escudé (1995, p. 33), que enuncian la existencia de cierta jerarquía entre los mismos. Este último autor los clasifica en: grandes potencias, Estados débiles que priorizan su bienestar económico, y Estados débiles que juegan “un

2. Texto original: like units. Traducción propia.

juego de poder de corto plazo y alto riesgo”; al mismo tiempo presenta una diferencia funcional entre los tres: los Estados que mandan en asuntos relacionados con la paz y la seguridad, los que obedecen y los rebeldes.

Dada las diferencias manifiestas se puede profundizar en el comportamiento de los mismos y su visión de poder. En palabras de Escudé (1995, p. 2) “Debido a que el realismo político focaliza su atención en el poder, y debido a que el mundo tiene un aspecto muy distinto cuando se lo mira desde la perspectiva de los poderosos que cuando se lo vislumbra desde la relativa ausencia de poder, un realismo central diferirá sustancialmente de uno periférico”. Este autor refleja esta noción con la dicotomía que enfrentan los países periféricos, debatiéndose entre ocuparse de su política exterior, considerando el sentido de poder tradicional (político-militar) o aceptar una posición relegada con marcado interés en la dimensión económico-comercial. La elección de la segunda opción en la dicotomía presentada emerge como una alternativa en la generación de poder, en la cual, a partir de factores económicos, se alcanza una mejor posición en el plano internacional.

El Realismo adaptado a los países periféricos parecería ser una cómoda posición a ser adoptada por los mismos, pero ¿Qué hace que no lo hagan? Muchos son los de esta categoría que experimentan cierto “nacionalismo”, que los motiva a armar a sus ejércitos en lugar de impulsar su desarrollo (ESCUDE, 1995). Esto nos conduce a repensar el interés nacional, el cual a luz de lo expresado anteriormente podría ser vislumbrado en torno a la posición del país.

## Conclusión

El poder fue para los teóricos, desde el inicio de la disciplina de las Relaciones Internacionales, un tema de interés. Los realistas construyeron una

serie de conceptos a partir de su visión de “poder”, en la que consideraron a los Estados como únicos actores en el plano exterior, le atribuyeron racionalidad a sus decisiones y reflexionaron que en el sistema internacional impera la anarquía además de ser un juego de suma cero. Esto influyó notoriamente en las construcciones posteriores.

Las visiones de los transnacionalistas y estructuralistas consideraron más sujetos y atribuyeron al plano económico más importancia que a la seguridad. El devenir de la realidad hizo que los paradigmas muten para explicarla y así surgen las versiones “neo”, que lejos de profundizar sus diferencias tienden a acercarlos más.

Los Estados a partir de la Paz de Westfalia, gozaron de soberanía, lo que les proporcionó un estatus jurídico similar, que sin embargo estuvo lejos de evidenciarse en la práctica, ya que algunos manifestaron “capacidades” superiores a los demás. Los mismos fueron considerados centrales por ser quienes influían en los demás y relegaron a los demás a una posición de incómoda periferia, en la cual su capacidad de acción se ve limitada, ya sea por la falta de poderío político-militar o su debilidad económica. Esta situación obliga a que el poder sea interpretado a luz de lo que representa ser un país periférico en el marco de sus decisiones en temas de la política exterior, considerando que en esta última no es configurada de forma aislada por un Estado.

Ahora bien, la política exterior es otra de las políticas públicas que un gobierno debe abordar. No se constituye en una esfera aislada, sino que se encuentra relacionada al proceso de toma de decisiones interno adoptado, pese a las particularidades propias de la misma. Esto conduce a que factores propiamente internos, como ser el régimen político y el propio mecanismo de toma de decisiones influyan en las medidas finalmente ejecutadas. A partir de estas reflexiones, podemos introducir la dimensión intermística de la política exterior, la

cual amplía el espectro de análisis y vuelve aún más compleja la relación entre Estados.

El Realismo Periférico ofrece en esta instancia un esbozo de doble patrón conforme sea la posición de un Estado, en la que los periféricos deben “aceptar su condición” y maximizar sus fortalezas en lugar de escudarse en sentimientos nacionalistas o intereses mezquinos en la formulación de políticas.

## Bibliografía

- AGUIRRE, Iñaki Z. **Raymond Aron Y La Teoría de Las Relaciones Internacionales**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1993. Disponible em: <eprints.ucm.es/4109/1/S1011101.pdf>. Acceso em 08 jun. 2016.
- ALLISON, Graham T. **La Esencia de La Decisión**. Buenos Aires: Gel, 1988.
- AMIN, Samir. 1997. **Los Desafíos de La Mundialización**. Buenos Aires: Siglo XXI.
- BULL, Hedley. **The Anarchical Society**. 3ª ed. Nueva York: Palgrave, 1977.
- DEL ARENAL, Celestino. **Introducción a Las Relaciones Internacionales**. 4ª ed. Madrid: Tecnos, 2007.
- DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. **Teorías En Pugna En Las Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- ESCUDE, Carlos. **El Realismo de Los Estados Débiles**. Buenos Aires: Gel, 1995.
- HALLIDAY, Fred. **Las Relaciones Internacionales Y Sus Debates**. Madrid: Centro de Investigación para la Paz (CIP-FUHEM), 2006. Disponible em: <http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Informes/Azules/HALLIDAY,%20Fred,%20Las%20relaciones%20internacionales.pdf>. Acceso em 08 jun. 2016.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. **Poder E Interdependencia: La Política Mundial En Transición**. Buenos Aires, 1977.
- LASAGNA, Marcelo. Las Determinantes Internas de La Política Exterior: Un Tema Descuidado En La Teoría de La Política Exterior. **Estudios Internacionales**, v. 28, n. 111, p. 387-409, 1995.
- PUTNAM, Robert. 1988. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games**. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-60.
- SALOMÓN, Mónica. La Teoría de Las Relaciones Internacionales En Los Albores Del Siglo XXI: Diálogo, Disidencia, Aproximaciones. **Revista Cidob d'Afers Internacionals**, n. 56, p. 7-52, 2002.
- SANHUEZA, Raúl A. El Realismo Político: ¿un Denostado Desconocido? **Teoría Y Realidad Constitucional**, n. 10-11, p. 401-421, 2003.

SODUPE, Kepa. *La Estructura de Poder Del Sistema Internacional: Del Final de La Segunda Guerra Mundial a La Posguerra Fría*. Madrid: Editorial Fundamentos, 2002.

TINI, María Natalia. *Las Variables Domésticas En La Política Exterior: Argentina Y Paraguay*." In: *Encuentro del Centro de Reflexión en Política Internacional* [2], La Plata, 2005. Disponível em: <[http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/36894/Documento\\_completo.pdf?sequence=1](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/36894/Documento_completo.pdf?sequence=1)>. Acesso

VARGAS, José Guadalupe. *El Realismo Y El Neorrealismo Estructural*. **Estudios Políticos**, n. 16, p. 113–24.

VASQUEZ, John. **The Power of Power Politics: From Classical Realism to Neotraditionalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Massachusetts. Estados Unidos: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WENDT, Alexander. "Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics." **International Organization**, 1992, v. 46 n.2: 391–425.

*Recebido em: 22 de fevereiro de 2016*  
*Aprovado em: 30 de março de 2016*



## ***The global transformation: history, modernity and the making of international relations.***

Fabiana Freitas Sander<sup>1</sup>

Os professores Barry Buzan e George Lawson, ambos ligados à London School of Economics and Political Sciences, lançaram um livro que propõe reexaminar a importância do século XIX para as Relações Internacionais (RI), tanto como disciplina quanto como dinâmica. Os autores afirmam que as RI carecem de uma abordagem que dê ao século XIX o devido reconhecimento como período chave na construção das relações internacionais como as conhecemos hoje. De fato, para aqueles familiares com a bibliografia básica do campo das Relações Internacionais, fica difícil não reconhecer a validade da proposta dos autores, uma vez que o período em questão é mencionado, na maioria dos trabalhos, apenas de maneira pontual.

O principal argumento de Buzan e Lawson é o de que, “[d]urante o século XIX, uma ‘transformação global’ refez a estrutura básica da ordem internacional” (p. 1), e que, portanto, “[n]ós vivemos, agora, e provavelmente viveremos ainda por certo tempo, em um mundo definido predominantemente pelas consequências da transformação global do século XIX.” (p. 5). O livro busca comprovar este argumento inicial, e é apresentado em dez capítulos, sendo eles agrupados em três partes: a primeira (capítulos 1 e 2) expõe com mais detalhes o argumento dos autores; a segunda (capítulos 3 a 8) apresenta o embasamento empírico que acompanha as formulações teóricas da parte anterior, utilizando principalmente trabalhos da história da economia, história mundial e sociologia histórica; a terceira e última parte (capítulos 9 e 10) foca nas implicações do argumento, tanto para a disciplina de Relações Internacionais, quanto para a dinâmica das relações internacionais.

O que os autores chamam de “transformação global” foi, de maneira geral, a confluência de três dinâmicas que alcançaram sua maturidade no século XIX: a industrialização, a construção do Estado racional e as ideologias do progresso (liberalismo, socialismo, nacionalismo e racismo científico). Essa transformação, mesmo tendo base na interação das sociedades ao redor do mundo (por isso *global*), mudou, em um primeiro momento, a distribuição de poder global em favor dos países europeus ocidentais. Mais importante do que a distribuição de poder, a transformação global alterou também o modo de poder, ou seja, “[...] as relações materiais e

---

1. Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

ideacionais que dão origem tanto aos atores, quanto ao modo como o poder é exercido” (p. 1), as fontes sociais do poder. Isso significou um aumento enorme da diferença (*gap*) de poder entre aquelas unidades políticas que passaram pela transformação (Europa Ocidental) e o resto do globo, e contribuiu largamente para a construção de uma ordem internacional altamente hierárquica que perdura até hoje.

Buzan e Lawson afirmam que, diferente de outras transformações históricas mundiais, a transformação global aconteceu em um espaço de tempo muito reduzido, e essa modificação rápida do modo de poder fez com que as desigualdades entre sociedades ficassem maiores e mais difíceis de serem superadas. Os autores lembram que o sucesso europeu dependeu, em larga medida, de práticas que são hoje condenáveis, como o imperialismo, o colonialismo e a ideia da superioridade racial, expressa tanto no racismo científico quanto na existência de um padrão de civilização (*standard of civilization*) para a inserção dos países na sociedade internacional dominada pelos europeus. Assim, os autores postulam que a transformação global impactou a dinâmica internacional de três maneiras principais: (a) o sistema tornou-se mais integrado; (b) as relações entre sociedades tornaram-se mais desiguais e passaram a ser caracterizadas pela configuração centro-periferia; e (c) a relação entre as grandes potências mudou e a dinâmica de balanceamento tornou-se mais volátil.

A integração do sistema foi fruto principalmente do aumento e aceleração do transporte e da comunicação através de inovações tecnológicas e também de um arcabouço institucional internacional que começou a ser construído ao longo do século XIX. Tais desenvolvimentos diminuíram os custos e aumentaram a capacidade, velocidade e previsibilidade do fluxo de pessoas, ideias, bens, dinheiro e exércitos dentro do sistema, o que facilitou a projeção de poder da Europa para o resto do globo em uma onda de

explorações e conquistas territoriais sem precedentes. A superioridade tecnológica proveniente de economias industriais deu grande vantagem aos europeus e os permitiu subjugar as demais sociedades e administra-las de modo imperialista.

O imperialismo, por sua vez, contribuiu para a criação de uma ordem-centro periferia altamente desigual e exploratória, justificada por uma concepção de progresso linear e dual, que implicava no desenvolvimento doméstico das sociedades europeias ao mesmo tempo em que era usada para diferenciar as sociedades do mundo em termos de um “quociente civilizacional”. Este quociente civilizacional era usado para justificar, em primeiro lugar, a racionalização do domínio e da exploração como direitos de uma raça superior; em segundo lugar, incumbir aos europeus a responsabilidade de “civilizar” outras sociedades segundo seus próprios padrões para que elas pudessem ser inseridas na sociedade internacional. É interessante notar, portanto, que os autores chamam atenção para aquilo que denominam o “lado negro” do progresso europeu, ou seja, o fato dele ser pensado principalmente através da construção de uma hierarquia social a partir de categorias como raça e cultura, e, portanto, justificar a diferença de poder entre a Europa e o resto do mundo e racionalizar a dominação. A emergência dessa ordem centro-periferia caracteriza, segundo Buzan e Lawson, a expansão da sociedade internacional europeia para uma sociedade internacional ocidental-colonial (*Western-colonial International Society*) altamente desigual e dominada pelos europeus.

Outro impacto muito importante da transformação global é a alteração da relação entre as grandes potências, já que ela mudou até mesmo as características dos Estados que poderiam se tornar grandes potências. Segundo os autores, somente Estados racionais, com economias industriais apoiadas pelas ideologias do progresso poderiam aspirar a tal status. Isso decorre da constante necessidade

de inovação tecnológica, que torna as operações militares cada vez mais complexas e os armamentos rapidamente obsoletos. A consequência disso foi uma corrida armamentista sem precedentes entre os principais Estados europeus, a partir da segunda metade do século XIX, o que desestabilizou o sistema de equilíbrio vigente e tornou a relação entre as grandes potências altamente volátil. Além disso, os autores postulam que, como os armamentos se tornaram cada vez mais caros e letais, a tendência é a inviabilização da guerra enquanto instrumento da política entre as grandes potências.

Buzan e Lawson reiteram repetidamente o caráter intersocietal da transformação global, declarando que “o que aconteceu no centro emergente foi tanto influenciado pela quanto impactou a periferia emergente, e o que aconteceu na periferia tanto alimentou quanto foi moldado por aquilo que aconteceu no centro.” (p. 127). Devido a este caráter global, os autores afirmam que as revoluções da modernidade se espalharam pelo sistema em um momento posterior, empoderando parte da periferia e mudando a mentalidade do centro. Isso gerou uma erosão *parcial* da ordem centro-periferia, marcando a transição, após 1945, da sociedade internacional ocidental-colonial para a ocidental-global (*Western-global*). Esta sociedade seria caracterizada pela soberania universal, autodeterminação e igualdade dos homens, mas ainda era marcada pela superioridade ocidental e pela continuidade de aspectos ideológicos, políticos, econômicos e sociais da época colonial.

Por fim, as implicações do argumento dos autores para a dinâmica das relações internacionais seria a tendência à erosão cada vez maior da ordem centro-periferia e a emergência da fase chamada globalismo descentralizado (*decentered globalism*) a partir da crise econômica e financeira de 2008. Isso quer dizer, basicamente, que a tendência da sociedade internacional é se organizar de forma a

tornar inviável a emergência de uma nova superpotência. Portanto, o mundo seria caracterizado por uma distribuição de poder dispersa, com ênfase no âmbito regional, onde atuam algumas grandes potências, várias potências regionais, mas nenhuma superpotência. No que diz respeito à disciplina de Relações Internacionais, considerar o século XIX como período chave daria às RI uma compreensão maior de suas origens e evitaria o esquecimento das linhas de pensamento “menos nobres” que ajudaram a criar a disciplina. Os insights provenientes da transformação global também enriqueceriam o diálogo das RI com outras disciplinas de Ciências Sociais e História e ajudariam a dissipar um pouco do eurocentrismo e americanocentrismo presentes até hoje na área. Por fim, os autores insistem que o pluralismo metodológico e epistemológico das RI não deve ser perdido, e que a consideração da transformação global como ponto de partida da disciplina, além de inseri-la nas discussões feitas dentro das Ciências Sociais, evidencia este ponto forte, ou seja, a utilização de diversos pontos de vista para entender o fenômeno.

Considerando o argumento geral dos autores, a ideia de pensar o século XIX como um período de grandes transformações na ordem internacional e, portanto, muito importante para a compreensão do mundo contemporâneo é bastante coerente. De fato, abordar os impactos da transformação global enriqueceria tanto os diálogos dentro da disciplina de Relações Internacionais quanto aqueles das RI com outras disciplinas. Apesar disso, as implicações do globalismo descentralizado para a dinâmica internacional parecem um pouco otimistas ao fazer com que a ordem e estabilidade da sociedade internacional dependam de um comportamento responsável das grandes potências. Mesmo que Buzan e Lawson não neguem a existência de discordâncias e conflitos entre os Estados, a ideia de um novo Concerto de Potências parece um tanto distante da

dinâmica observada entre as potências hoje: China, Índia, Brasil e outros Estados emergentes desejam uma reorganização do Conselho de Segurança das Nações Unidas que outras potências se recusam a dar; as posições das grandes potências a respeito de acontecimentos como a Guerra na Síria, a questão da Criméia e os problemas de Israel estão longe de ser homogêneas; e as diferenças ideológicas talvez atrapalhem mais do que os autores pensam na manutenção das regras da sociedade internacional. Fora este ponto, o livro de Buzan e Lawson levanta uma questão importantíssima para as Relações Internacionais e espera-se que os estudiosos da área tirem proveito deste excelente trabalho e passem a pensar o século XIX com outros olhos.

*Recebido em: 18 de novembro de 2015  
Aprovado em: 2 de dezembro de 2015*